

Escola de  
**Formação de Professores  
e Humanidades**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA  
BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

**PAISAGEM EMOLDURADA: O QUARTEL, O RIO, A FAZENDA E A  
ESTRADA NO CENÁRIO DE OCUPAÇÕES DE VILA BOA**

SUSAN VALTUILLE DE CASTRO GUIMARÃES

GOIÂNIA  
2021

SUSAN VAUTUILLE DE CASTRO GUIMARÃES

**PAISAGEM EMOLDURADA: O QUARTEL, O RIO, A FAZENDA E A  
ESTRADA NO CENÁRIO DE OCUPAÇÕES DE VILA BOA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado a Escola de Formação  
de Professores e Humanidades,  
como requisito parcial à obtenção  
do título de bacharel em  
Arqueologia.

Orientadora: Ms. Cristiane Loriza  
Dantas

GOIÂNIA

2021

SUSAN VALTUILLE DE CASTRO GUIMARÃES

**PAISAGEM EMOLDURADA: O QUARTEL, O RIO, A FAZENDA E A  
ESTRADA NO CENÁRIO DE OCUPAÇÕES DE VILA BOA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado a Escola de Formação  
de Professores e Humanidades,  
como requisito parcial à obtenção  
do título de bacharel em  
Arqueologia.

---

Orientadora: Profa. Ms. Cristiane Loriza Dantas

---

1º Examinador: Profa. Ms. Ludimília Justino de Melo Vaz

---

2º Examinador: Ms. Anna Flora Noronha Moni

GOIÂNIA

2021

*“Na estrada da vida, não existe  
trilha, cada um segue a sua.*

*Nem mesmo os que estão ao  
nosso lado conseguem caminhar  
no mesmo caminho.*

*A vida é um caminho, literalmente,  
do eu sozinho”.*

*Rose Berg*

*Dedico este estudo ao meu incentivador Alfredo Palau Peña (in memoriam), por me encorajar no enfrentamento de mais um desafio, quando eu já pensar em diminuir a marcha na minha estrada...*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família: mãe, irmãos e filhos Tarcilla e Paulo Cesar, que na minha ausência compreenderam que a Arqueologia era um sonho meu não realizado.

Agradeço a minha professora e orientadora Ms. Cristiane Loriza por confiar a mim a participação deste estudo, na qual podemos desvendar juntas as entrelinhas guardadas na história do primeiro Quartel de Polícia de Goiás, sendo paciente, tentando me manter calma em meio a tanta ansiedade diante da calamidade mundial que nos limitou, nos entristeceu com as perdas de pessoas que eram caras em nossas vidas, mas que nos mostrou outros caminhos para prosseguir.

Gratidão a todos os meus professores, mas um carinho especial a professora Marlene, que em um momento tão difícil, com suas palavras sábias, me incentivou a seguir em frente com curso, sem deixar de agradecer a Mariza, Leila e Ludimília com doçura sem igual, me surpreendem com mensagens inspiradoras.

As generosas coleguinhas Joicy e Messias...

E um salve as minhas filhas adotivas: Walker, Madu, Nat, Nadla e Eliabe, que juntas dividimos nossos momentos, tanto de tristeza, como de nossas conquistas.

Tem ainda que agradecer a Dani, Frank, Kaira, Eloah, e tantos outros que mesmo não citando o nome, tiveram uma importância muito grande para o meu aprendizado, levando a superar muitas vezes as minhas limitações, principalmente tecnológicas. Um obrigado a minha tradutora de fontes em francês: Cris...e a Janine por compartilhar nossos momentos de ansiedade e insegurança com o TCC.

Deixo um espaço especial ao Mestre Palau, amigo, irmão... que me trouxe para o curso de Arqueologia, incentivando com livros, palavras, amizade, elogios, agradecimentos e oportunidades de trabalho em conjunto, compartilhando comigo o seu amplo conhecimento.

## RESUMO

O objeto de estudo deste trabalho tem por base a pesquisa arqueológica em obras de restauro do Quartel do 6º Batalhão de Polícia da Cidade de Goiás, GO que passa a compor as edificações em processo de tombamento, rerratificado em 2004. Arqueologia Urbana, é a linha de pesquisa que norteou o presente estudo, considerando os processos de ocupação do território goiano motivado primeiramente para as atividades mineradoras, e posteriormente pelas atividades agropecuárias, responsáveis para a efetivação da ocupação e povoamento das antigas minas. O estudo tem como objetivo, mediante a leitura de dados da escavação arqueológica fazer uma leitura da relação da paisagem cultural, da cultura material exumada com a temporalidade e espacialidade dos usos do lugar. As interpretações das fontes históricas com a escavação arqueológica foram possibilitadas pelos aportes teórico-metodológicos da Arqueologia e da História possibilitando um estudo interdisciplinar.

**Palavras-chave:** Arqueologia Urbana; Estradas; Paisagem Cultural.

## ABSTRACT

The aim of this study is based on the archaeological research of the restoration projects executed on Quartel do 6º Batalhão de Polícia of the City of Goiás, which is now part of the ensemble that is to be preserved, reconfirmed in 2004. Urban Archaeology is the research guideline chosen, for the occupation process that took place in this territory was motivated primarily based on mining activity and, onward, agricultural activity, which was responsible for further occupation of the ancient mines. This study's goal is, based on archaeological data, to establish the relationship between the cultural landscape, the material culture exhumed and time and space previous uses of the place. Archaeology's and History's theoretical and methodological approaches supported the interpretations of historical sources and archaeological excavations, resulting in an interdisciplinary study.

**Keywords:** Urban Archaeology; old roads; cultural landscape.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Mapa de Localização da área de estudo. Fonte: IBGE (2018). Autoras: J. Silva e S. Guimarães (2021).....	1
<b>Figura 2.</b> Mapa dos Sertões que Compreendem de Mar a Mar entre as capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato Grosso e Pará. ....	11
<b>Figura 3.</b> Mapa da parte do governo de Sam Paulo e parte dos domínios da Coroa de Espanha. Fonte: VIEIRA JR., 2015, p. 40. ....	14
<b>Figura 4.</b> Extrato do mapa indicando o povoamento pioneiro em Goiás. Fonte: VIEIRA JR., 2015, p. 40. ....	14
<b>Figura 5.</b> Prospecto de Vila Boa em 1751. Fonte: OLIVEIRA, 2014, p. 64.....	17
<b>Figura 6.</b> Primeiro e segundo momento de ocupação urbana da antiga Vila Boa entre os anos 1750-1800. Fonte: OLIVEIRA, 2014, p. 67. ....	18
<b>Figura 7.</b> Malha urbana da cidade de Goiás em 1830 e 1900, representando o 3º e 4º momento de ocupação urbana (seta indicando o local da edificação do Quartel). Fonte: OLIVEIRA, 2014, p. 73.....	19
<b>Figura 8.</b> “Logradouros e edifícios tombados pela SPHAN”. Fonte: OLIVEIRA, 2014, p. 43. ....	23
<b>Figura 9.</b> Área tombada em 1978 e entorno regulamentado pela Portaria nº001/1993. Destacada área tombada em 1951. Fonte: TAMASO, 2007, p. 161. ....	24
<b>Figura 10.</b> Área tombada e de entorno, rerratificada em 2004. Seta indicando a área de estudo, adaptado pela autora. Fonte: OLIVEIRA, 2014, p. 55. ....	25
<b>Figura 11.</b> Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás: delimitação dos perímetros de tombamento e de entorno. Fonte: OLIVEIRA, 2014, p. 134. ....	26
<b>Figura 12.</b> Prospecto da Cidade de Goiás em 1803 por Joaquim Cardozo Xavier. Área de possível fazenda que antecedeu o quartel, seta em vermelho indicando a área da fazenda, adaptado pela autora. Fonte: COELHO, 2013, p. 43.....	27
<b>Figura 13.</b> Localização do 6ºBPM.Simulação de relação da paisagem: Linha vermelha a circunferência espacial onde localiza o quartel, o rio, a estrada e a fazenda juntamente com o Centro Histórico da Cidade de Goiás. Linha vermelha, poligonal de entorno. Alfinete amarelo, trecho da estrada colonial. Em laranja a sede da fazenda e em azul o trecho do córrego Manoel Gomes. Fonte: Google Earth, adaptado Susan Valtuille, 2021. ....	28
<b>Figura 14.</b> Mapa de delimitação do 6ºBPM. Fonte: DANTAS & NASCIMENTO, 2019. ....	28
<b>Figura 15.</b> Edificações recentes do 6º Batalhão de Policia Militar da Cidade de Goiás. Fonte: Site do Iphan/ GO. Disponível em: <a href="http://portal.iphan.gov.br/go/noticias/detalhes/5147/em-goiania-go-6o-batalhao-da-policia-militar-de-goias-sera-restaurado">http://portal.iphan.gov.br/go/noticias/detalhes/5147/em-goiania-go-6o-batalhao-da-policia-militar-de-goias-sera-restaurado</a> . Acesso em: 10 set. 2020.....	29
<b>Figura 16.</b> Localização do 6ºBPM no conjunto protegido. Linha vermelha, poligonal tombada. Linha azul, poligonal de entorno. Alfinete amarelo, 6ºBPM. Fonte: Memorial descritivo do IPHAN, 2019.....	29
<b>Figura 17.</b> O Arraial de Santana em 1730, com sentido do caminho para Cuiabá. Fonte: VIEIRA JR. & BARBO, 2011. ....	32

<b>Figura 18.</b> Eixos de ocupação da antiga Vila Boa. Fonte: OLIVEIRA, 2014....	32
<b>Figura 19.</b> Mapa de Vila Boa no ano de 1867. Fonte: COELHO, 2013. ....	34
<b>Figura 20.</b> Trecho da possível estrada colonial localizada ao fundo do quartel. Autora: S. Guimarães, 2020.....	37
<b>Figura 21.</b> Trecho da possível estrada colonial localizada ao fundo do quartel. Autora: S. Guimarães, 2020.....	37
<b>Figura 22.</b> Área trabalhada S4. Autora: J. Nascimento, 2020.....	48
<b>Figura 23.</b> Croqui das sondagens realizadas no Quartel nas obras de restauração. Fonte: DANTAS & NASCIMENTO, 2020.....	50
<b>Figura 24.</b> Imagem aérea das intervenções investigativas. Autor: D. Correia (2020).....	51
<b>Figura 25.</b> Local de aterro na área do quartel nas proximidades do Córrego Manoel Gomes. Foto: S. Guimarães, 2020. ....	58
<b>Figura 26.</b> Croqui estratigráfico da sondagem S23. Fonte: DANTAS & NASCIMENTO, 2020. Autor: L. Renan, 2021.....	59
<b>Figura 27.</b> Croqui estratigráfico da sondagem S04. Fonte: DANTAS & NASCIMENTO, 2020. Autor: L. Renan, 2021.....	60
<b>Figura 28.</b> Croqui estratigráfico da sondagem S39. Fonte: DANTAS & NASCIMENTO, 2020. Autor: L. Renan, 2021.....	60
<b>Figura 29.</b> Planta de Vila Boa Capital da Capitania Geral - 1782. Fonte: Goyaz – Guia de Cartografia Histórica. Disponível em: < <a href="http://www.arpdf.df.gov.br/planta-de-vila-boa-capital/">http://www.arpdf.df.gov.br/planta-de-vila-boa-capital/</a> >. Acesso em: 07 jun. 2021. Retângulo em vermelho indicando a área de estudo, e as setas indicam possíveis estabelecimentos comerciais juntos as Ruas do Negócio (à direita) e dos Mercadores (à esquerda), modificado pela autora. ....	67
<b>Figura 30.</b> Recorte da planta de Vila Boa - 1782. Fonte: Goyaz - Guia de Cartografia Histórica. Disponível em: < <a href="http://www.arpdf.df.gov.br/planta-de-vila-boa-capital/">http://www.arpdf.df.gov.br/planta-de-vila-boa-capital/</a> >. Acesso em: 07 jun. 2021. Modificado pela autora. ....	67
<b>Figura 31.</b> Planta de Vila Boa Capital da Capitania Geral - 1782, com recorte e sobreposição da área do Quartel de Polícia. Fonte: Goyaz - Guia de Cartografia Histórica. Disponível em: < <a href="http://www.arpdf.df.gov.br/planta-de-vila-boa-capital/">http://www.arpdf.df.gov.br/planta-de-vila-boa-capital/</a> >. Acesso em: 07 jun. 2021. Coloração em roxo representa a área de estudo. Modificado pela autora. ....	68
<b>Figura 32.</b> Dados da ocupação do Arraial de Santana no ano de 1727, em destaque o local da possível ocupação do bandeirante nas proximidades da área de estudo (círculo vermelho). Fonte: Historic Centre of the Town of Goiás. Disponível em: <a href="https://whc.unesco.org/uploads/nominations/993.pdf">https://whc.unesco.org/uploads/nominations/993.pdf</a> . Acesso em: 10 jun. 2021. Delimitações em vermelho destacando a área de estudo. Modificado pela autora. ....	71
<b>Figura 33.</b> Dados da ocupação do Arraial de Santana no ano de 1730 - 1738, em destaque o local das primeiras habitações e trechos da estrada principal (círculo vermelho). Fonte: Historic Centre of the Town of Goiás. Disponível em: <a href="https://whc.unesco.org/uploads/nominations/993.pdf">https://whc.unesco.org/uploads/nominations/993.pdf</a> . Acesso em: 10 jun. 2021. Delimitações em vermelho destacando a área de estudo. Modificado pela autora. ....	72

**LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1.</b> Gráfico de distribuição e densidade do material arqueológico. Autora: S. Guimarães, 2021. ....	56
<b>Gráfico 2.</b> Gráfico de cerâmicas por sondagens. Autora: S. Guimarães, 2021. ....	57
<b>Gráfico 3.</b> Gráfico de distribuição e densidade do material arqueológico. Autora: S. Guimarães, 2021. ....	58

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1.** Quantificação dos tipos de materiais arqueológicos encontrados nas sondagens. Autora: S. Guimarães, 2021. Fonte: Dantas & Nascimento, 2020.53

**LISTA DE MAPAS**

<b>Mapa 1.</b> Mapa de distribuição das sondagens sistemáticas. Fonte: Dantas & Nascimento, 2020. Autora: G. Silva, 2021. ....	52
<b>Mapa 2.</b> Mapa de distribuição da Cultura Material - 6º BPM da Cidade de Goiás. Autora: G. Silva, 2021. Fonte: Dantas & Nascimento, 2020.....	55
<b>Mapa 3.</b> Interpretação do trecho da estrada no perímetro urbano de Vila Boa a partir das descrições de Moura (2018). Fonte: MOURA (2018). Autores: L. Renan e S. Guimaraes (2021). ....	64

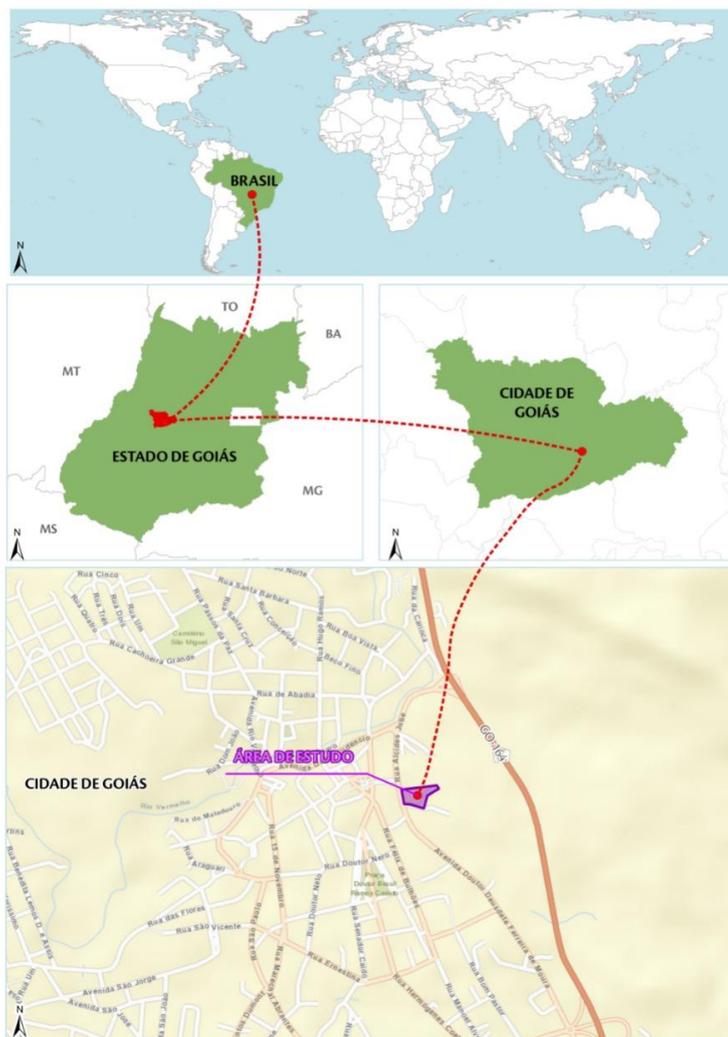
## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ÁREA</b> .....	<b>5</b>
1.1. Goiás no Processo de Ocupação do Brasil .....	5
1.2. Trajetória da formação e ocupação do Arraial de Santana, de Vila Boa à atual Cidade de Goiás .....	13
1.3. Contextualização da Área de Estudo.....	26
1.4. Estruturas no Entorno .....	35
<b>2. A CIDADE E SUAS MARCAS: FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA VIABILIZADA PELA CULTURA MATERIAL</b> .....	<b>38</b>
2.1. A cidade na perspectiva dos estudos de arqueologia .....	38
2.2. Articulação da pesquisa histórica e pesquisa arqueológica.....	44
<b>3. PROCESSO DE FORMAÇÃO DE SÍTIO: UM ESPAÇO... DISTINTAS OCUPAÇÕES.</b> .....	<b>48</b>
3.1. Escavação Arqueológica .....	48
3.2. Leitura do processo de formação do sítio a partir das escavações sistemáticas.....	51
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>79</b>

## INTRODUÇÃO

A iniciativa que resultou a elaboração deste estudo surgiu em consequência primeiramente pela possibilidade de estudar um bem material patrimonializado na perspectiva da Arqueologia Histórica, em contextos urbanos.

O objeto de estudo é a área histórica do Quartel de Polícia Militar de Goiás, que se localiza na Cidade de Goiás – Goiás, e faz parte dos estudos em andamento do Projeto de Monitoramento Arqueológico da Obra de Restauração do 6º Batalhão de Polícia Militar da Cidade de Goiás, coordenado pelas Arqueólogas Cristiane Loriza e Jamária Nascimento, que passa a compor as edificações em processo de tombamento, rerratificado em 2004 pelo IPHAN. (fig.1).



**Figura 1.** Mapa de Localização da área de estudo. Fonte: IBGE (2018). Autoras: J. Silva e S. Guimarães (2021).

A pesquisa arqueológica em obras de restauro se cumpre por exigências legais e determinação do órgão IPHAN, como ação de preservação ao Patrimônio Cultural da atual cidade de Goiás (IPHAN).

A partir dos cumprimentos das determinações legais na escavação arqueológica, a análise da área do Quartel de Polícia, na perspectiva da Arqueologia Urbana, é a linha de pesquisa que norteou o presente estudo.

Neste sentido, buscou-se nas fontes secundárias compreender os fatores que levaram a ocupação da área do referido Quartel, os processos de ocupação da área que antecedem a este, e quais as suas possíveis relações com a cultura material arqueológica acessada mediante as escavações arqueológicas que compõe as obras de restauro do bem cultural tombado na Cidade de Goiás iniciadas em 2020, que contaram com o apoio institucional da Universidade Federal de Goiás (UFGO).

Portanto, há ainda uma carência de pesquisa que contemplam a área específica do Quartel, objeto de estudo neste trabalho. Assim sendo, buscou-se com os dados das fontes primárias da Arqueologia com as escavações na área do Quartel, uma interlocução com as fontes acessadas, embora dispersas, mas não ausentes.

A sistematização dos dados já existentes, fornecidos pela coordenação do Projeto de Monitoramento Arqueológico norteou a pesquisa, buscando outras leituras que pudessem compreender as questões relacionadas ao material arqueológico e a dinâmica de uso do espaço. A contextualização de uma escala macro para a micro, que inicia com as motivações de ocupação das regiões centrais do Brasil para a exploração mineral, partindo para Arraial de Sant'Anna, Vila Boa, e finalmente a área do Quartel na atual Cidade de Goiás foi fundamental para o entendimento pretendido.

Tendo em mente que a região das minas de ouro de Goiás já era ocupada por populações pretéritas, o trabalho não os abordará no momento. Sendo assim, o recorte temporal para o estudo é a partir da entrada de aventureiros para a exploração das minas de Goiás, na passagem dos séculos XVII e XVIII até os dias atuais, contando com as fontes secundárias presentes na bibliografia a respeito, como também as fontes primárias dos documentos históricos

digitalizados e disponibilizados em sites oficiais, bem pertinente para o atual momento de isolamento social.

As interpretações das fontes históricas com a escavação arqueológica foram possibilitadas pelos aportes teóricos e metodológicas da Arqueologia Urbana na perspectiva da interdisciplinaridade, possibilitando acessar novas possibilidades de interpretação.

O trabalho foi estruturado em três capítulos, trazendo contextualização dados históricos, embasamentos teóricos metodológicos, e apresentação dos resultados acessados, como também questionamentos para esclarecimentos futuros.

No capítulo 1 objetivou-se contextualizar a área de estudo trazendo uma leitura do modo de ocupação e povoamento da antiga Vila Boa no período colonial desde o século XVI. A exploração da região central do Brasil foi por meio dos achados de metais preciosos, primeiramente em Minas Gerais e Mato Grosso, e em Goiás, as descobertas das minas ocorreram pela grande circulação de aventureiros nos caminhos que ligavam os atuais estados. Bandeiras e Entradas cortavam o sertão vasculhando as riquezas naturais, desconsiderando a riqueza cultural dos povos originários do Brasil.

O enriquecimento favorecido pelo ouro em Goiás motivou os surgimentos dos primeiros arraiais localizados junto as minas, surgindo atividades paralela como suporte das longas jornadas: picadas, estradas, pousos e vendas passaram a compor toda rede de ligação das minas com as metrópoles litorâneas.

O Arraial de Sant'Anna surgiu no primeiro quartel dos setecentos, antes da criação de Vila Boa, em 1739, passando a ser uma extensão da vila às margens do Rio Vermelho, junto as minas e nas proximidades das estradas.

As atividades mineradoras atraíram exploradores de diversas partes do país, mas com o esgotamento das minas, vários núcleos urbanos não se mantiveram, e outros permaneceram, assim como aconteceu com a antiga Vila Boa de Goiás, ou popularmente conhecida como Goiás Velho.

A área urbana onde estão as edificações oficiais que compõe o primeiro Quartel de Polícia Militar de Goiás, foi primeiramente pensado que seria

originado a partir do segundo momento de ocupação da Cidade de Goiás, em meados do século XIX, mas que passou por usos distintos do espaço que serão abordados ao longo deste estudo.

Desde a criação de Vila Boa de Goiás, a ordenação urbana contou com a construção de vias, praças, igrejas e prédios oficiais, dentre eles os militares, e conseqüentemente o Quartel de Polícia Militar, em 1861, compondo edificações para administração urbana que insere o contexto da paisagem cultural emoldurada considerando seu entorno: o morro, a estrada, a fazenda e o rio.

No capítulo 2, intitulado: A cidade e suas marcas: fragmentos de uma história viabilizada pela cultura material, foram abordados aportes teóricos metodológicos que nortearam o estudo na linha de pesquisa da Arqueologia Urbana da cidade, na perspectiva de cidade-sítio. No viés interdisciplinaridade, aborda-se Arqueologia Histórica em contextos urbanos com outras áreas do conhecimento afins, principalmente na articulação das fontes de seu campo de pesquisa com seus métodos e técnicas, como as fontes escritas, pictográficas, iconográficas acessadas pela História, possibilitando a interpretação da cultura material das escavações em contexto das distintas ocupação e povoamento da área em que está inserido o objeto de estudo, contribuindo para uma leitura dos processos de formação de sítio. Observando que os termos índios e escravos, quando se refere a indígenas e negros de origem africana escravizados no Brasil, foram mantidos conforme encontrados na historiografia regional clássica.

No capítulo 3: Processos de formação de sítio...um espaço, distintas ocupações, foram compilados e quantificados dados do material arqueológico, representados em gráficos, tabelas, mapas e croquis estratigráficos, organizados por tipos da cultura material das escavações da área, na qual se aplicou o uso metodológico das intervenções sistemática em toda área de estudo, para assim elaborar a interpretação a respeito das leituras reveladas da articulação das fontes materiais arqueológicas com a documentação histórica a respeito, buscando compreender a dinâmica espacial e temporal dos usos do espaço.

Dessa forma, o estudo buscou por meio da escavação arqueológica, a análise de relação do lugar com a paisagem e da cultura material exumada, identificar a temporalidade e espacialidade dos modos do uso do lugar.

## **1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ÁREA**

### **1.1. Goiás no Processo de Ocupação do Brasil**

A história do atual estado de Goiás se inicia no fim do século XVI com as explorações portuguesas: a caça ao índigena, a busca por riquezas minerais e a evangelização (BERTRAN, 2011).

É imperioso ressaltar que a preta índigena não representou apenas o extermínio físico dos nativos, mas teve também interferências na raiz cultural de várias etnias causadas pelos novos habitantes que no Brasil chegaram.

Na virada dos séculos XVI ao século XVII os bandeirantes, na grande maioria paulistas, deram início à penetração à região de Goiás, considerando o atual estado de Goiás, como também do Tocantins. Ressaltando que o termo Goiás engloba neste estudo a configuração anterior a divisão dos estados em 1988 referidos, como demais territórios pertencentes. A primeira bandeira considerada por alguns autores foi a de Antônio Macedo e Domingos Luiz Grau no sertão do Tocantins, entre 1590 e 1593, porém Galli (2005) ressalta que a de Sebastião Marinho em 1592 foi mencionada por Americano do Brasil como sendo a que primeiro explorador que pisou em terras goianas, mesmo que as fontes apresentassem falhas cronológicas.

Da Vila de São Paulo, um dos primeiros núcleos urbanos a serem instituídos, partiram exploradores para a vastidão do sertão, abriram caminhos, descobriram minas, e também despertando grande interesses do contingente que buscaram nas riquezas minerais oportunidades de enriquecimento rápido. Relata Azevedo (1992, p. 31) que: "No decurso de todo o quinhentismo, foi a mais avançada "boca de sertão" estabelecida pelos colonizadores à entrada daquele mundo desconhecido, que era o interior do nosso país.

A expedição do sertanista Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, foi a que mais se destacou. Saíram de São Paulo em 1722, comandando 152 homens, em busca de ouro, que só viria encontrar três anos após sua chegada, no entanto, afirma Palacin (1976), que a de Sebastião Paes de Barros (1673), foi a maior

das bandeiras que saiu de São Paulo em direção a Goiás, contando com 800 homens. Esta foi também considerada pelo historiador, a mais documentada, acrescentando que, por muitos os documentos deixaram de revelar esta atividade, acreditando que por ser um caminho já conhecido, outras expedições anônimas se encorajaram para tal aventura, não sendo assim de conhecimento do Governo (PALACIN, 1976, p.17).

A busca pelas riquezas minerais e possibilidade de mudança de vida atraía pessoas de outras regiões do Brasil, e criava no imaginário daquela época, lendas que foram incorporadas ao folclore dos bandeirantes, e incentivada ainda mais a chegada de novos aventureiros. Dentre elas a existência da Serra Resplandecente, Lagoa Dourada e da Serra dos Martírios, onde segundo a lenda a natureza esculpira em cristais a coroa, a lança e os cravos da paixão de Jesus Cristo (PALACIN & MORAES, 2008; BERTRAN, 2011).

Conforme a historiografia a busca pelo ouro em terras goianas foi responsável pela grande parte do surgimento dos núcleos populacionais do território goiano, também era responsável pelo seu desaparecimento, pois o povoamento era irregular e instável (BERTRAN, 1988; COELHO, 2013; PALACIN & MORAES, 2008).

Onde aparece ouro, ali surgiu uma povoação; quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar e a povoação definha e desaparece. Nos vinte primeiros anos da mineração, quase todo o território de Goiás foi percorrido e vasculhado pelas bandeiras que, durante o tempo da seca, procuravam novos “descobertos” de ouro e só surgiram arraiais e se fixaram populações onde o ouro foi encontrado (PALACIN & MORAES, 2008, p.23).

É imperioso ressaltar que a descoberta de ouro se iniciou em 1690 em Minas Gerais e posteriormente, por volta de 1718 em Cuiabá, iniciando assim o povoamento dessas regiões, e em Goiás, somente após 1726 (data imprecisa): “enquanto esses núcleos populacionais iam se formando, companheiros de incursão do bandeirante Bartolomeu e outros aventureiros arrebatavam-se em busca de mananciais dourados mais distantes” (GALLI, 2005, p.39)

No entanto, a questão da decadência, ou desaparecimento de todos os arraiais goianos com diminuição do ouro não é aceita pela historiografia goiana

revisada. Outras atividades foram surgindo e mantendo o curso de algumas das vilas que surgiram em consequência do ouro:

Muitos desses núcleos, após a febre dourada, perderam a importância econômica diante da coroa portuguesa. Alguns simplesmente desapareceram, outros deixaram poucos vestígios, para uma minoria que resistiu, investindo em outros segmentos econômicos (GALLI, 2005, p.39).

“As bandeiras de Bartolomeu, o filho, redescobrem o ouro goiano”, após ter dividido com seu pai Anhanguera a experiência de percorrer o Brasil Central. Após 40 anos, organizando uma nova expedição em São Paulo para exploração, o bandeirante retorna as minas de Goiás dando início a formação dos núcleos populacionais goianos (GALLI, 2005, p. 25).

As cidades goianas, nascidas de arraiais, geralmente começavam com uma ou outra casa ou casebre, uma pequena praça, uma tímida igreja. Nestes agrupamentos urbanos de vida simples, as festas ligadas a religiosidade ou motivadas pelas novas famílias migrantes eram uma das poucas alternativas de lazer (CHAUL,1997).

A mão de obra escrava no território goiano foi a responsável pelo representava mais da metade da população goiana. Contudo as péssimas condições de trabalho levaram a mortes de grandes números de negros escravizados e com o fim das escavações minerais não havia mais necessidade de repor as faltas. Os brancos e negros livres buscaram alternativas de ganho, emigrando para outras regiões, favorecendo para o esvaziamento de alguns arraiais do território goiano, partindo para a ruralização, pois buscavam nos espaços vazios, outra atividade para a permanência em Goiás (PALACIN & MORAES, 2008).

Outros fatores foram levantados por Palacin e Moraes (2008) sobre a população escrava em Goiás, referindo aos negros de origem africana escravizados no Brasil: a importação de “escravos” foi comprometida “pela decadência da produção e produtividade das minas’ que levaram a perda de crédito dos mineiros em relação às companhias de importação de “escravos”, e tornava ainda o escravo caro em relação a sua produtividade. Com os trabalhos

extras e os roubos cometidos, os “escravos” juntavam dinheiro para compra de sua liberdade, alguns dos frutos da miscigenação de brancos e negros, recebiam liberdade no momento de seu batismo acrescentando ainda, a fuga dos “escravos” contra o rigor do trabalho exigido nas minas e nas lavouras (PALACIN & MORAES, 2008, p. 54).

Vários pesquisadores asseguram que apesar do ouro ter evidenciado as terras goianas em relação aos centros de importância litorânea, foi a agropecuária que assegurou o povoamento de Goiás, e não o ouro. Foi a ruralização que garantiu a perenização e a continuidade dos assentamentos (NOGUEIRA, 2012).

Segundo Silva (1998, p. 18-22), o povoamento goiano se deu vários aspectos, um em consequência do outro:

- A mineração: mesmo quando houve a diminuição das lavras, devido à estratégia de localização, algum povoado continuou a existir, chegando a desenvolver posteriormente;

- Atividades pastoris que fixou o homem a terra, uns por amor, e outros por necessidades básicas de subsistência, plantando e desenvolvendo técnicas cotidianas, constituindo famílias, construindo capelas, comércios, florescendo povoados e atraindo migrações para terras férteis;

- Tropas, boiadas e carros de bois: inicialmente as tropas de burros com cargas de artigos alimentícios ou supérfluos percorriam rotas abastecendo áreas povoadas nas atividades mineradoras, posteriormente as boiadas no período pastoril, destinadas à comercialização com a Bahia, Triângulo Mineiro e São Paulo, acrescentando os carros de bois, primeiramente com trajeto restrito das roças para as sedes das fazendas em relação aos demais pela dificuldade de locomoção e falta de estrada, e depois ampliando sua atuação de transporte de mercadorias e pessoas com a abertura da primeira estrada em 1824, ligando Anhangüera ao Rio Paranaíba. Essas atividades eram desenvolvidas por pessoas que percorriam longas distâncias, sendo necessária a busca de pousos para seu descanso e dos animais, constituído geralmente por ranchos simples e

currais para abrigos, que posteriormente foram sendo transformados em povoados e futuramente, cidades goianas.

- Estrada Salineira: abertura em 1863, promovendo a ligação da capital goiana com Coxim no Mato Grosso, cortando a região “sudoestina” de Goiás e cortando o Araguaia, possibilitando a ocupação de uma área pouco povoada e ainda temida por ataques indígenas e feras devido ao isolamento por falta de comunicação.

- Movimentos religiosos, que foram responsáveis direta ou indiretamente por fundações de cidades, devido à grande fé do povo brasileiro e conseqüentemente goiano, principalmente os menos favorecidos que apegam a religião em todos os seus afazeres, e tiveram alguns envolvimento religiosos ou foram agraciados por alguma benção em capelas erguidas por devotos. Essas capelas passaram a ser procuradas por peregrinos, promoveram rezas, novenas, festividades, motivando comércio, tornando futuramente em cidades, como é o caso de Trindade, Cristianópolis e Palmelo (SILVA, 1998).

No início do século XIX, deslocamentos populacionais de Minas Gerais e do Nordeste para as regiões centrais, ocorreram provavelmente em busca de novas alternativas econômicas devido às crises presenciadas em terras desses povos. Muitas dessas famílias buscavam em terras férteis goianas dedicar à agricultura de subsistência, mas também formação de grandes fazendas para a prática de pecuária extensiva.

A nova fase de migração de pessoas na busca de novas oportunidades foi motivada pelas novas possibilidades econômicas que o estado atraía em diferentes épocas ou por distintos interesses. O clima favorável para exploração da lavoura do café atraía ainda mais a migração e fazia surgir novos vilarejos. Milho, arroz, soja, cana de açúcar, somavam a várias outras atividades econômicas. Considerando que nem todas as áreas que pertenceria ao território do estado de Goiás foram povoadas, deixando espaços vazios que foram ocupados posteriormente por motivações de outras atividades econômicas (CAMPOS, 1987; CHAUL, 1998; TEIXEIRA NETO, 2001; PALACIN & MORAES, 2008).

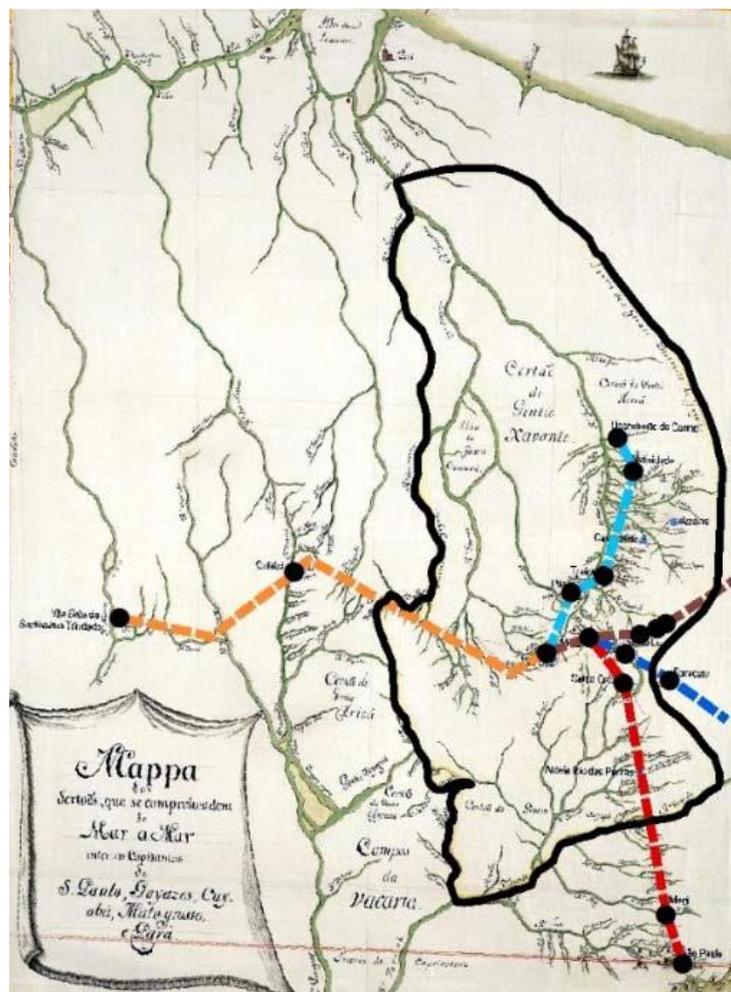
Caminhos e estradas continuaram sendo abertos e percorridos para atender as novas demandas que surgiam na transição entre mineração e atividades agropastoris. Conforme aponta Paula (2017), enfrentando vários perigos nos tortuosos caminhos, comerciante em lombo de burros transportavam os mais variados produtos, desde os de primeiras necessidades, como também artigos importados que atendiam a vaidade dos mais afortunados:

Os homens e mulheres que cruzavam o território comercializando faziam uso de caminhos permitidos e, não raro, dos proibidos. As rotas mais conhecidas eram o do Sertão (dos Currais), o Caminho Velho, o Caminho Novo (ligando Rio de Janeiro às regiões mineradoras como rota alternativa ao Caminho Velho) e o Caminho dos Goyazes, além é claro, da rota monçoeira que levava até as Minas de Cuiabá. Longe se de constituir em uma estrada tal como a imaginamos atualmente, esses caminhos eram compostos de picadas, estradas e *trieiros* formados pelo constante trânsito das pessoas envolvidas com o comércio e pelas boiadas e tropas que seguiam rumo às Minas. No início, os caminhos foram vistos pela Coroa como a rota dos “descaminhos do ouro” e contrabando e, por isso reiteradas vezes tentou-se proibir transitar das pessoas ou, como saída de melhor sucesso, estabelecer ao longo dos caminhos os já conhecidos Registros e Contagens (PAULA, 2017, p. 118).

De acordo com Santos (2001, *apud* BARBO & RIBEIRO, 2015) nem sempre os caminhos foram percorridos ao lombo de animais, mas a pé, andando em fila indiana. Utilizam o ombro de “escravos” indígenas oriundos das vilas paulistas e depois negros da Bahia, que ficava encarregado de transportar toda a carga. O uso de tropas de muares e boiadas só iniciou com a intensificação das atividades das minas, acarretando o alargamento das estradas. O primeiro caminho oficial da região foi o Caminho de Goyazes, sendo que outros foram sendo oficializadas<sup>1</sup> (fig. 2).

---

<sup>1</sup> Representados na Carta, três caminhos distintos se entroncavam em Meia Ponte, a partir de onde, unificados, continuavam até Vila Boa de Goiás e seguiam rumo a Cuiabá (*Estrada do Cuyabá*). A primeira estrada, mais ao sul, vinha de São Paulo, passava por Santa Cruz, Bonfim e chegava a Meia Ponte (*Caminho de Goyazes*). A segunda, a sudeste, partia do Rio de Janeiro, passava por Paracatu, Arrependidos, Santa Luzia, Ponte Alta – no ângulo sudoeste do Distrito Federal –, Santo Antonio dos Montes Claros, Macacos, Corumbá e, depois, Meia Ponte (*Picada de Goiás*). A estrada que vinha da Bahia chegava ao atual Distrito Federal pelo extremo nordeste – Couros – cortava a região da Vila do Mestre d’Armas, seguia por Sobradinho, passava por São João das Três Barras, pela Chapada da Contagem, até sair, a oeste, ao encontro de Meia Ponte (*Caminho dos currais e da Bahia*).



**Figura 2.** Mapa dos Sertões que Compreendem de Mar a Mar entre as capitânicas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato Grosso e Pará.  
Fonte: BARBO & RIBEIRO, 2015.

Conforme retrata Moura (2018), com o passar do tempo, outras vias de comunicação oficiais foram abertas, e a ligação entre a área de produção com as demais capitânicas tanto dinamizava a economia, quanto estabelecia a posse efetiva do território das minas.

Alinhado as considerações sobre as estradas, Barbo & Ribeiro (2015), acrescenta que:

Evoluindo a partir dos primeiros caminhos autorizados pela Coroa, as estradas mantiveram o caráter de vias oficiais, se tornaram *estradas reais*, de caminho obrigatório para mercadorias e pessoas. “Eram as estradas da Coroa, do rei, as únicas vias autorizadas da imensa colônia. Fora delas, era o descaminho do ouro, a evasão fiscal, o contrabando de escravos, o garimpo clandestino e, como consequência, a punição implacável” (SANTOS, 2001, *apud* BARBO & RIBEIRO, 2015, p. 440).

Tanto os antigos caminhos, quanto os novos caminhos que foram surgindo, tiveram uma suma importância em todo o processo de ocupação do espaço, e no sertão central, viabilizaram o desenvolvimento de outras tantas atividades comerciais principalmente quando a extração das minas começa a dar sinal de esgotamento:

Deste conjunto de estabelecimentos, os arraiais tiveram papel fundamental no processo de formação de uma unidade regional, visto que é exatamente no entorno das primeiras povoações consolidadas, e ao longo dos caminhos que ligavam umas às outras, que se estabeleciam as condições objetivas de trânsito de pessoas e mercadorias, bem como, a expansão da quantidade de pousos que garantiam o sustento e sobrevivência dos transeuntes (NOGUEIRA, 2008, *apud* DANTAS, 2010).

Moura (2018), a partir das contribuições de Bertran (2010), observa que a malha de comunicação formada pelos caminhos, e que alguns centros urbanos formavam “nós” de articulações entre núcleos, pousos, roças, fazenda, engenhos, registros, aldeamentos e presídios, e ainda uma articulação com outras capitâneas. Partindo da Capitania de Goiás, nos nós haviam entroncamentos e esses teriam “fluxos intermodais”, sendo assim nos caminhos das estradas oficiais reais teriam quatro estradas-tronco<sup>2</sup>: a estrada do norte, a estrada da nascente, a estrada do sul, e a estrada do poente.

As vilas e as estradas compunham um projeto de formação da rede urbana promovido pela Coroa Portuguesa. De acordo com Azevedo (1954, p. 151), caminhos coloniais seria uma espécie de “espinha dorsal” da pretendida rede urbana brasileira, e as minas de Goiás também faziam parte da intenção de municipalidade.

---

<sup>2</sup> Da estrada do nascente partindo de Vila Boa o caminho passava pelos seguintes arraiais: Ferreiro, Ouro Fino, Corgo do Jaraguá e Meia Ponte. Dali a estrada bifurcava, conduzindo o viandante para duas outras estradas com destinos diferentes: a nordeste em direção ao Registro de Santa Maria para acessar o Rio São Francisco pelos confins da Capitania de Pernambuco por meio do Arraial de Couros ou seguindo a leste por Santo Antônio dos Montes Claros e Arraial de Santa Luzia acessando a Capitania de Minas Gerais pelos registros de Lagoa Feia, Arrendidos e São Marcos (BERTRAN, 2010 *apud* MOURA, 2018 p. 95).

## **1.2. Trajetória da formação e ocupação do Arraial de Santana, de Vila Boa à atual Cidade de Goiás**

Com o breve período aurífero, houve o crescimento de arraiais e a rápida e numerosa ocupação, motivada quase que exclusivamente pela exploração mineral. Durante o século XVIII, povoaram-se três zonas, situadas no Centro sul com vários arraiais no caminho para São Paulo: na região do Tocantins, com densa população, e o norte da capitania, com povoações dispersas entre o Tocantins e os limites da Bahia. No mais, as regiões goianas do sul e sudeste, todo o Araguaia e o Norte, de Porto Nacional ao Estreito, representando dois terços do território goiano, só vai ter ocupação nos séculos XIX e XX com a extensão da pecuária e da lavoura (PALACIN & MORAES, 2008; GALLI, 2005):

Na denominação de Vila, a região Centro Oeste até o século XVIII só tinha 4 vilas no Mato Grosso e apenas uma em Goiás (AZEVEDO, 1992).

A vila de Goiás foi criada a partir do antigo Arraial de Sant'Ana, que foi elevada à categoria de vila em 1739 com o topônimo de Vila Boa, tornando a capital da Capitania de Goiás após o desmembrando da Capitania de São Paulo, posteriormente, em 1818 com status de cidade, com o topônimo de Goiás. Por durante 2 séculos a antiga Vila Boa, atual Cidade De Goiás, foi capital do estado de Goiás, até a criação de Goiânia, em 1933 (GALLI, 2005).

Na representação dos mapas (de autoria anônima) descobertos por Taunay em 1920, Vieira Jr. (2015) autor faz observações sobre a existência dos primeiros núcleos da mineração e sua localização (fig. 3) e com ampliação (fig. 4).

No mapa descoberto por Taunay, Vila Boa está representada por uma igreja como freguesia que era de São Paulo, aparece com o título de "V<sup>a</sup> N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Rozairo dos Guayazes" [Vila de Nossa Senhora do Rosário dos Guayazes], que parece ser a referência à igreja construída por Antonio Pereira Bahia em 1734, antes da matriz de Sant'Anna. Além do aldeamento dos índios Guayazes, dois arraiais que estão ao lado da vila fazem referência aos bandeirantes fundadores: Arraial do capitão-mor Bartolomeu Bueno e Arraial de João Leite (da Silva Ortiz). O arraial de Bartolomeu Bueno deve ser o da Barra, local onde o capitão terminou seus dias em 19 de setembro de 1740, destituído de seus poderes de Superintendente das Minas, pobre e carregado de lembranças das aventuras sertanistas" (VIEIRA JR., 2015, p. 41).



A primeira região ocupada foi a do Rio Vermelho, onde vários arraiais foram surgindo, todos foram motivados pelo garimpo (PALACIN & MORAES, 2008).

O retorno da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva filho, melhor aparelhada em todos os sentidos, para as minas de Goyazes, em 1726, trouxe um formigamento humano em busca do metal amarelo, que se alastrou num primeiro momento, próximo ao sopé da Serra Dourada, hoje Cidade de Goiás, patrimônio cultural da humanidade (GALLI, 2005, p.39).

Os primeiros anos são de uma atividade febril. Pouco depois de seu retorno, Bueno funda solenemente o primeiro arraial, o arraial de Sant'Anna. Entre morros, numa quebrada no sopé da Serra Dourada, muito próximo das nascentes do Rio Vermelho, a nova povoação – que deveria converter-se doze anos depois em vila e tornar-se Capital -, geograficamente se encontra deslocada, como centro de operações no território goiano, e climaticamente exposta aos rigores de uma insolação concentrada, sem ventilação. Mas a urgência do momento não admite dilações. Há ouro e água, isso basta. Este será o critério com que irão surgindo os demais arraiais (PALACIN, 1976, p. 33).

Segundo Galli (2005), independente da sequência cronológica de formação dos arraiais, o Arraial de Sant'Anna, demonstrou maior importância que os demais, sendo elevado à categoria de Vila em 1739, em homenagem a Bartolomeu Bueno, como alinhava Bertran (2002):

[...] faz o orgulho do velho descobridor e dos paulistas, quase todos parentes entre si, subir nas nuvens, dando ao Arraial de Sant'Ana o nome aporuguesado de Bueno(bom): erigia-se a Vila Boa de Goiás, em 25 de julho de 1739! Talvez seja a única homenagem toponímia feita por um português a um brasileiro no período colonial (BERTRAN, 2002, p. 41).

De acordo com Palacin e Moraes (2008), o primeiro governador da Capitania de Goiás só chegou em 1749, e só a partir da chegada do governador e capitão general, Conde dos Arcos, é que o território goiano passou a ser denominado Capitania de Goiás, conservando o título até a independência, quando passa a ser Província.

Os autores complementam que a formação da Capitania de Goiás, desmembrando da Capitania de São Paulo, da qual as minas de Goyazes fazia

parte, visava atingir objetivos da Coroa portuguesa em controlar a arrecadação. Desde então, Condes dos Arcos passa a ser a autoridade própria e independente da então formada Capitania de Goiás, reportando apenas aos representantes da Coroa Portuguesa, cabendo a ele tanto a administração, como a aplicação das leis que incluía o comando do exército, composto dos soldados da cavalaria e os pedestres. A justiça ficava a cargo do ouvidor, e a arrecadação ao intendente (PALACIN & MORAES, 2008).

Coelho (2013) aponta que, quanto ao rendimento das minas, havia muitas possibilidades de contrabandos, devido as enormes distancias, áreas despovoadas, como também falta de policiamento nas estradas a má administração local. Dentro das medidas de controle das minas, além da formação da Capitania de Goiás, acompanhava a orientação das localizações estratégicas de fronteiras onde vilas deveriam ser estabelecidas. O planejamento urbano era exigido na implantação dos futuros núcleos urbanos, o que nem sempre foi possível realizar (COELHO, 2013, p. 65).

Em relação as estradas, a busca de melhorar a má administração das mesmas, foi a oficializando dos antigos caminhos, o que não deixou de ser um dos variados controles da Coroa Portuguesa em relação a colônia.

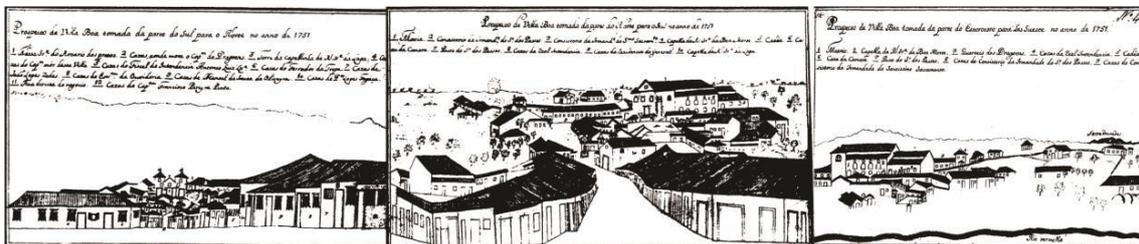
As estradas reais, mesmo com a expansão da rede viária, mantiveram sua importância, sendo que, além da antiguidade do itinerário, era o controle oficial que a distinguia, materializado nos inúmeros registros e contagens espalhados ao longo do percurso. Pelos caminhos coloniais se fez a ocupação do interior da colônia (BARBO & RIBEIRO, 2015, p. 440).

Conforme aponta Araújo (2000, *apud* Moura, 2018), os caminhos formavam assim uma estruturação básica do território, possibilitando tanto a conquista, quanto a ocupação da terra.

Outro tipo de controle as denominadas atividades sertanistas, foi a de cartografar toda a região, documentando seus distintos recursos, limites, atividades, povoação, etc., além da representação geográfica, buscando assim, estabelecer uma estrutura de organização do espaço que orientasse a exploração do ouro, e matinha o controle português em terras ainda sob o

domínio espanhol e em relação ao arraial de Sant'Anna, pertencentes a “Capitania de Sam Paulo” (VIEIRA JR., 2018, p. 208).

Em relação a nova vila estudos aponto que seguia o traçado urbano da estrada que ligava ao Arraial de Sant’Ana à Cuiabá na tentativa de seguir o planejamento previsto nas Ordenações do Reino, tendo como referência o estilo das influencias árabes presentes em edificações portuguesas no período de dominação moura. As casas teriam que ter na sua fachada externa o mesmo perfil. Quanto a interna, mesmo sem a exigência de homogeneidade, a maioria seguiu um mesmo estilo. No mais, outras edificações seguiam quando possível a obediência do projeto, pois aproveitavam antigas edificações já existentes no antigo arraial, passando por vez por algumas adaptações e mudanças temporárias de endereço até chegar a uma conformação com as limitações ambientais e econômicas (COELHO, 2013; COSTA, 2014; MOURA, 2018) (fig. 5).



**Figura 5.** Prospecto de Vila Boa em 1751. Fonte: OLIVEIRA, 2014, p. 64.

Segundo Bertran (2002) Vila Boa aumentou consideravelmente sua população, e as construções de casas quase dobraram em 30 anos desde sua independência, passando a ter uma estruturação própria de urbanização: arborização, passeios públicos, pontes e edificações, dentre elas, o chafariz de calda, o teatro, e igrejas.

Sendo assim, as compras de terrenos para novas instalações de prédios fizeram parte de algumas ações dos sucessivos governadores vilaboenses, que virão a dar a Vila Boa aspectos de organização urbana almejada à capital da Capitania de Goiás. Conforme demonstra nos mapas trazidos por Oliveira (2014)

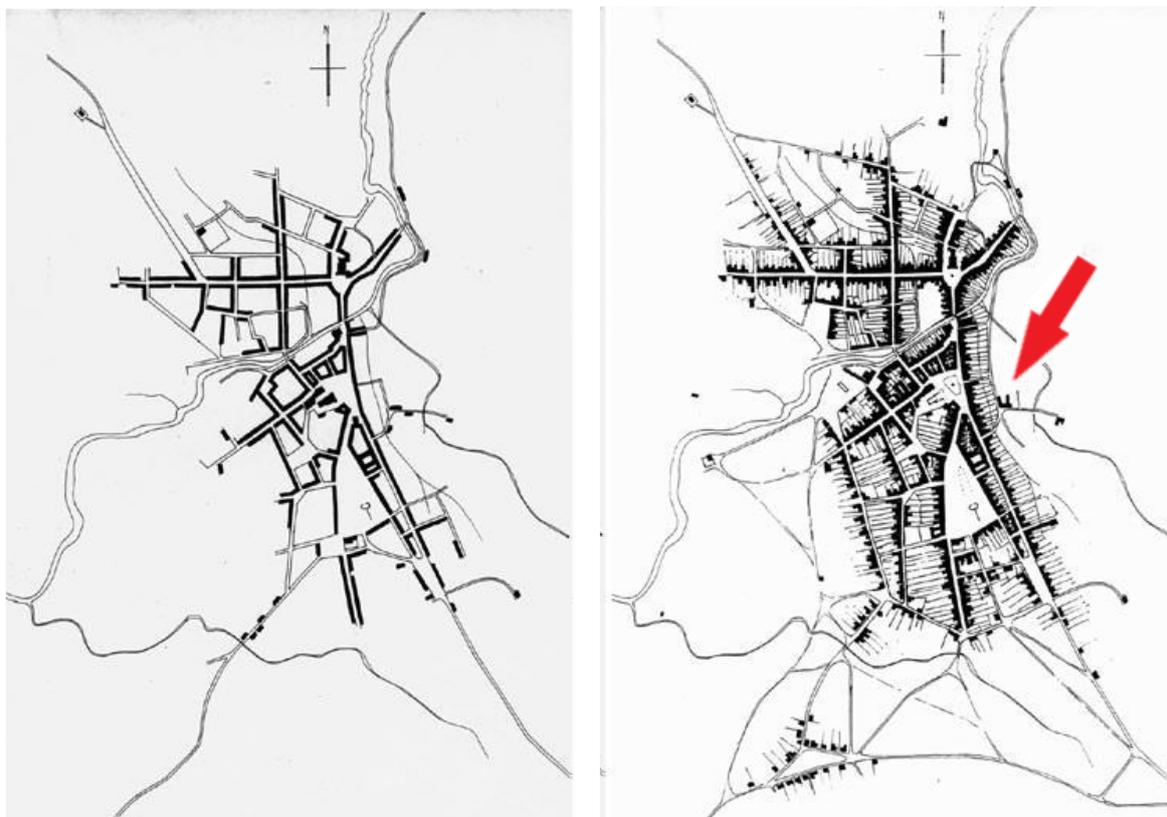
entre os terrenos adquiridos ao longo do tempo, o Quartel da Polícia Militar, aparece no quarto momento dos mapas abaixo (figs. 6 e 7).



**Figura 6.** Primeiro e segundo momento de ocupação urbana da antiga Vila Boa entre os anos 1750-1800. Fonte: OLIVEIRA, 2014, p. 67.

Os aspectos da nova vila foram descritos na visão europeia do viajante Saint-Hilaire em sua breve passagem por lá em 1819:

Há em Vila Boa um grande número de Igrejas, mas são pequenas e nenhuma delas tem ornamentos na parte externa. (...) As ruas da cidade são largas e bastante retas, sendo quase todas calçadas, mas sua pavimentação não é bem feita. A cidade conta com cerca de 900 casas, feitas de barro e madeira, sendo pequenas, mas bastante altas para a região. Várias delas são sobrados, e algumas janelas tem vidraças de lâmina de talco. A maioria é bem cuidada, tendo eu notado que as principais são razoavelmente bem mobiliadas e imaculadamente limpas. Não ocorre em Vila Boa o que se vê na capital da Província de Minas, onde muitas ruas se acham inteiramente abandonadas (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 50).



**Figura 7.** Malha urbana da cidade de Goiás em 1830 e 1900, representando o 3º e 4º momento de ocupação urbana (seta indicando o local da edificação do Quartel). Fonte: OLIVEIRA, 2014, p. 72

Desde a chegada do primeiro governador da capitania, D. Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, o estabelecimento da gestão administrativa de Vila Boa se deu em casas residenciais adaptadas para servirem de imóveis oficiais, dentre eles, “a sede do governo, Real Fazenda, a fundição, e o quartel militar” (VIEIRA JR., 2015, p. 53).

Conforme relata Coelho (1997) Conde dos Arcos, mesmo com improvisos, foi o “que mais se preocupou com a organização político-administrativa do território goiano”, buscando nos edifícios públicos criados, agilizar os serviços. Com Conde de São Miguel, o terceiro governador, foi construído o edifício da Casa de Câmara e a Cadeia (COELHO, 1997, p. 97).

Coelho (1997, p. 116) observa ainda que as edificações de Vila Boa construídas na nova Vila em meados dos setecentos, era na sua grande maioria, composta de residências simples, igrejas sem suntuosidades: “não somente os

edifícios religiosos, mas praticamente todos os aspectos da arquitetura vão se apresentar revestidos de extrema simplicidade e sem qualquer sentido de erudição, ou de expressão plástica mais elaborada”, assim como os edifícios oficiais:

A arquitetura oficial produzida em Goiás durante o período da mineração está representada por poucos edifícios e, diferentemente do que acontece em outras regiões, essas edificações não apresentam, à exceção da Casa da Câmara, características que permitam classificá-las como eruditas. Três são os edifícios oficiais existentes em Vila Boa, sendo que o único a ser construído com base em um projeto foi o da Casa de Câmara e Cadeia. Os demais, residência dos governadores e quartel, são o resultado de adaptações e reformas que, realizadas ao longo do tempo, deram a esses edifícios as características estéticas que hoje apresentam (COELHO, 1997, p. 121).

Alinhando aos estudos de Coelho (1997), e de Vieira Jr. (2015), Saint Hilaire(1975) em viagens de 1779-1853, já observava que as características dos prédios públicos de Vila Boa, os mesmos que Coelho trata como “edifícios oficiais”, estariam distribuídos em duas praças, uma menor ao centro, e outra maior em posição extrema a primeira, e que estes pareciam bastante medíocres.

Quando falo de prédios públicos não se deve imaginar que se trata dos enormes edifícios que se vêem na Europa. Ali tudo é pequeno, tudo é mesquinho, sem beleza e até mesmo, segundo dizem, sem solidez. Quanto ao tamanho, o palácio do Capitão geral talvez seja pelo menos pelos padrões da região. Entretanto é um prédio de um pavimento só, e sem ornamentos externos. Achando-se situado um pouco acima do nível da rua, para chegar a ele sobe-se uma ridícula escada de uns poucos degraus, mas não sem que se passe antes por um portão que avança inesteticamente sobre a praça e serve de posto da sentinela. A casa da contadoria fica num sobrado (...). A casa da Câmara e a da Fundação têm também dois pavimentos. Segundo o costume em todas as cidades do interior, o andar térreo desses prédios é reservado à cadeia (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 51).

Em relação a edificação militar Coelho (1997) descreve que:

O formalismo exigido pela estrutura militar no que se refere a seus edifícios fez com que as adaptações e reformas obtivessem resultados concretos, levando-o a adquirir as características próprias das edificações militares projetadas e construídas para tal fim durante o período colonial. A especificidade de uso dos espaços em edifícios militares, tanto construídos quanto abertos, seguem no quartel da cidade de Goiás orientações rígidas, o que confere a essa edificação uma predominância das linhas horizontais e uma sobriedade que, mesmo sendo características da arquitetura oficial como um todo, aqui comparecem com maior clareza e intensidade[...]Observa-se ainda, com relação a esse edifício, que a sobriedade e a simplicidade de suas

linhas fazem com que, mesmo apresentando uma volumetria até certo ponto monumental, mantenha uma certa reserva hierárquica em relação ao edifício da Casa de Câmara e Cadeia, sendo, no entanto, mais elegante que o Palácio, a antiga residência dos governadores (COELHO, 1997, p. 121).

As reformas e adaptações que teriam passado o Quartel conforme tratado anteriormente, trata-se do Vigésimo Quartel, que dividiu suas instalações com Quartel de Polícia até 1867, sendo transferido para uma área mais próxima a entrada da cidade, e paralela a estrada. Atualmente é denominado 6º Batalhão de Polícia Militar.

Sendo importante ressaltar que a virada do século XVIII ao XIX, a Capitania de Goiás apresentava mudanças econômicas significativas em relação a queda da extração aurífera, no entanto, outras atividades até então paralelas, como a agricultura e pecuária, passam a ser mais desenvolvida, mas não garantindo a permanência de muitos dos arraiais.

Na Capitania de Goiás tinham 40 arraiais subdivididos em quatorze julgados. Eles se localizavam de modo dispersos, não ocupando com homogeneidade o território de Goiás. Ao todo eram três zonas de povoamento: na Correição Boa, situada no centro-sul goiano, além de outras vilas, estava Vila Boa, principal centro de comunicação. Na Correição Norte, denominada “região do Tocantins”, era a mais densa em povoações, e no norte da capitania, no limite com a Bahia, eram povoações dispersas em áreas ásperas e áridas, de acordo com as descrições de Palacin & Moraes (2008, p. 24).

Luz (2012, *apud* Oliveira, 2014, p. 72) retrata o século XIX como um período de estabilização da Capitania de Goiás em relação as suas configurações urbanas, mesmo com mudanças que ocorriam em dimensões maiores, como a Independência do Brasil, e a Proclamação da República, as mudanças arquitetônicas viriam lentamente, inteirando que: “ainda que não afetasse a essência da realidade material urbana, é notório que houve esforço político em controlar o desenvolvimento físico da cidade de Goiás ao longo do século XIX”.

O século XIX foi um período de estabilização do espaço urbano da Vila Boa. Num contexto geral, caracterizou-se pela busca de alternativas para a base econômica e de alterações nas relações socioeconômicas. O *status* de polo econômico e político regional não catalisou as transformações urbanas e a inserção de novas tipologias e técnicas arquitetônicas, decerto porque a capital não mantinha relações intensas com os grandes centros urbanos do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo pela própria distância física (OLIVEIRA, 2014, p. 69).

Em 1822, com a independência do Brasil, a Capitania de Goiás passa a ser Província de Goiás, e Vila Boa de Goyáz, passa a denominação de Goyáz, elevada à categoria de cidade. Com construção de Goiânia, em 1937, esta torna-se a nova capital do atual estado de Goiás, e a antiga capital Goyáz torna-se uma guardiã da tradição, que até os dias atuais é conhecida como Goiás Velho por uma grande parte das pessoas, enquanto Goiânia inaugura uma fase de modernidade.

Tamaso (2015) acrescenta que com a transferência da capital para Goiânia, a antiga capital, a cidade de Goiás se estagnou economicamente, contribuindo para a preservação da malha urbana e as características arquitetônicas do estilo colonial, e principalmente o neocolonial. Estilos como Neoclássico e Eclético, *Art Nouveau* e *Art déco* irão surgir lentamente, e suas características vão sendo percebidas nas fachadas das edificações locais.

Sendo assim, a antiga cidade de Goiás recebeu o topônimo de Cidade de Goiás após deixar de ser a capital do estado, posição que manteve por aproximadamente duzentos anos. Se por um lado perde o posto de capital de Goiás, por outro lado, conquista o título de Patrimônio Mundial concedido pela Unesco em 2001<sup>3</sup>, após ter passado por vários processos de patrimonialização que iniciaram em 1951, que iniciou com apenas alguns edifícios tombados (fig. 8).

---

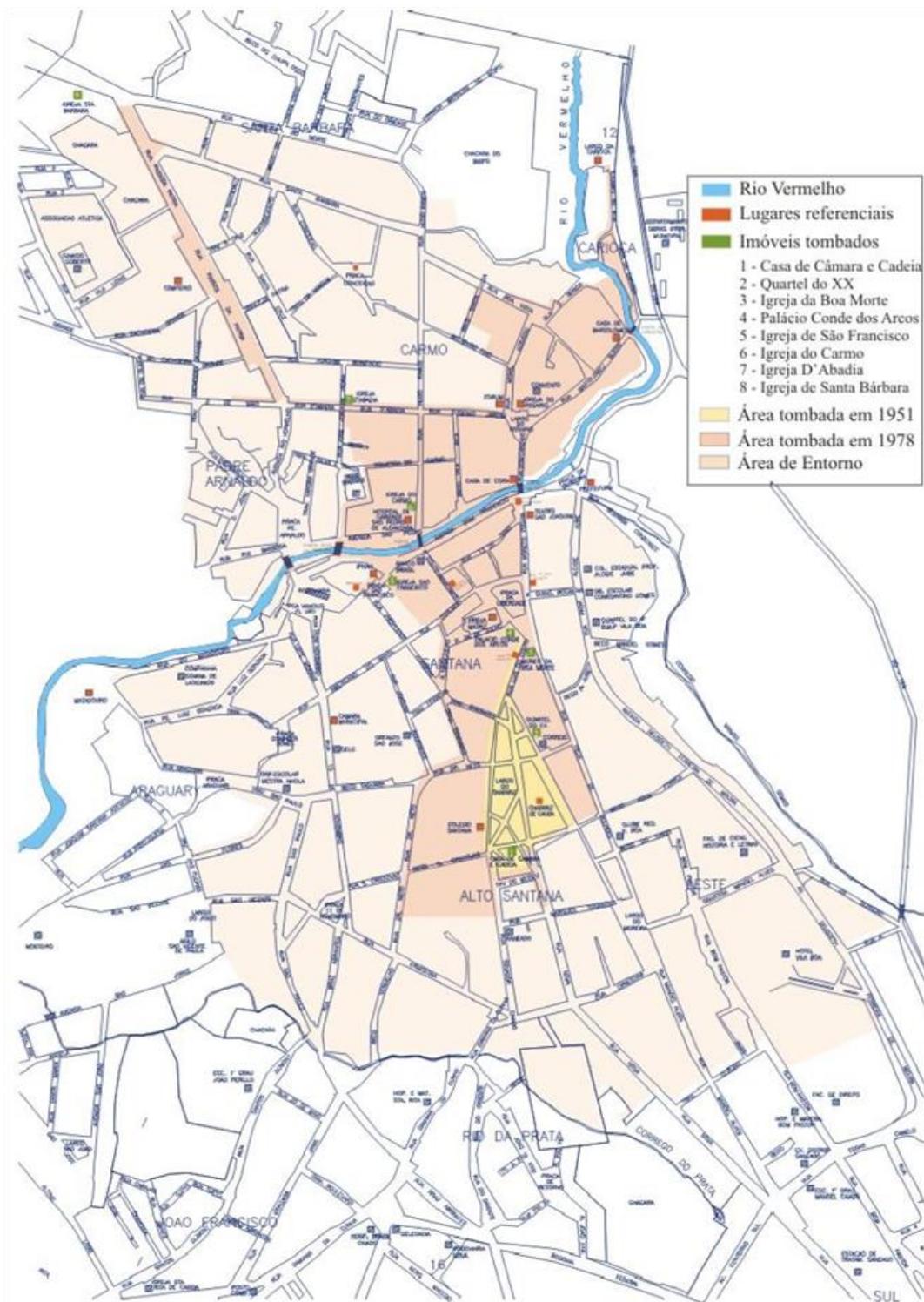
<sup>3</sup> Dossiê de candidatura da Cidade de Goiás como Patrimônio Mundial a Unesco, com inscrição em 2001. Disponível na íntegra em: <https://whc.unesco.org/uploads/nominations/993.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.



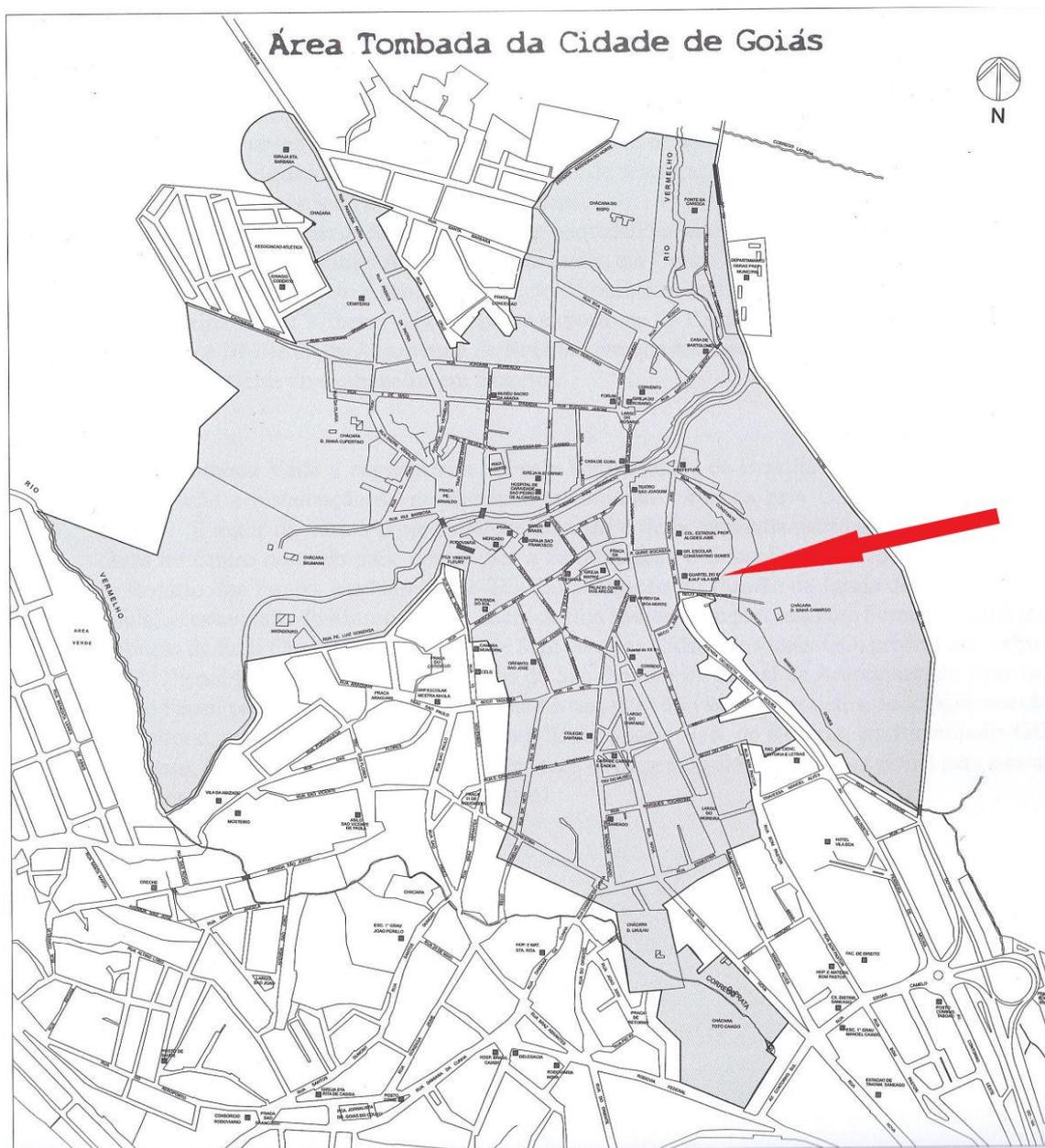
**Figura 8.** “Logradouros e edifícios tombados pela SPHAN”. Fonte: OLIVEIRA, 2014, p. 43.

Em 2004 uma nova avaliação do Iphan insere a “área do entorno” em zona de preservação, considerando dentre outros, o conjunto de blocos que compõe a área do atual 6º Batalhão de Polícia do estado de Goiás, ou apenas o Quartel (IPHAN, 2019).

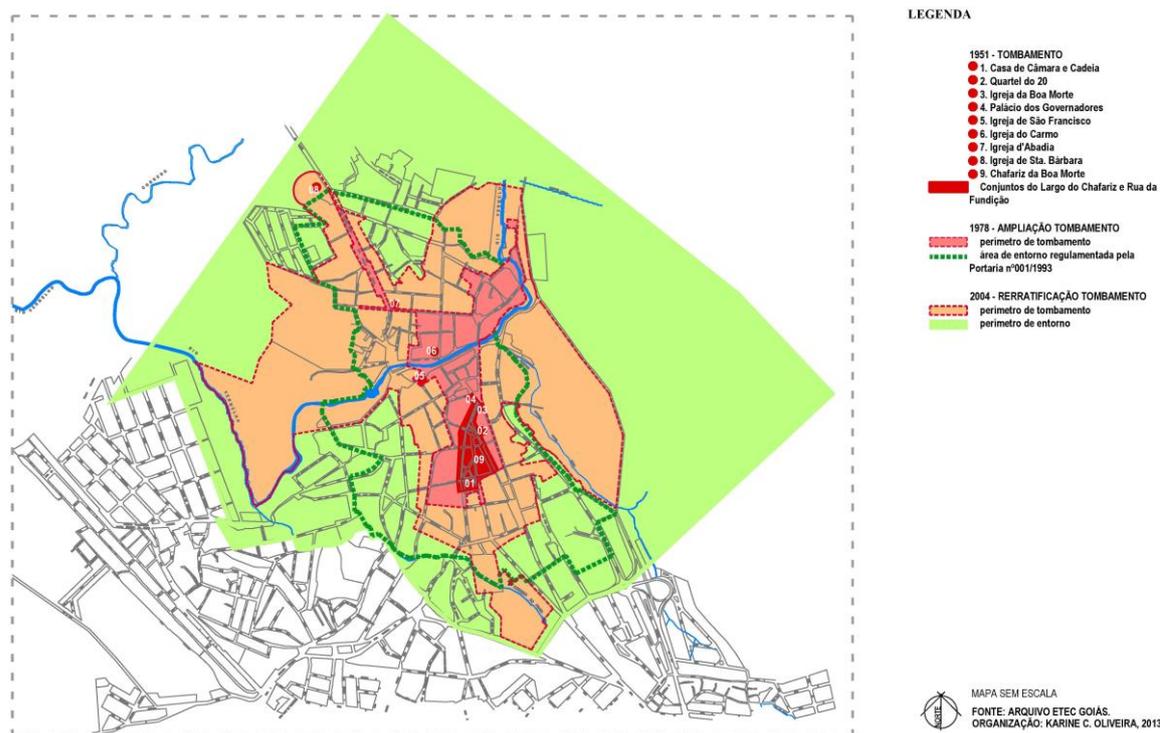
O processo de tombamento que compõe o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás, é retratado nos mapas de Tamasso (2007) e Oliveira (2014) (figs. 9 e 10), e sobre a rerratificação de 2004 que amplia o perímetro de tombamento pautado as noções da paisagem cultural e ambiência, é mais aprofundado por Oliveira (2014) (fig. 11).



**Figura 9.** Área tombada em 1978 e entorno regulamentado pela Portaria nº001/1993. Destacada área tombada em 1951. Fonte: TAMASO, 2007, p. 161.



**Figura 10.**  rea tombada e de entorno, rerratificada em 2004. Seta indicando a área de estudo, adaptado pela autora. Fonte: OLIVEIRA, 2014, p. 55.



**Figura 11.** Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás: delimitação dos perímetros de tombamento e de entorno. Fonte: OLIVEIRA, 2014, p. 134.

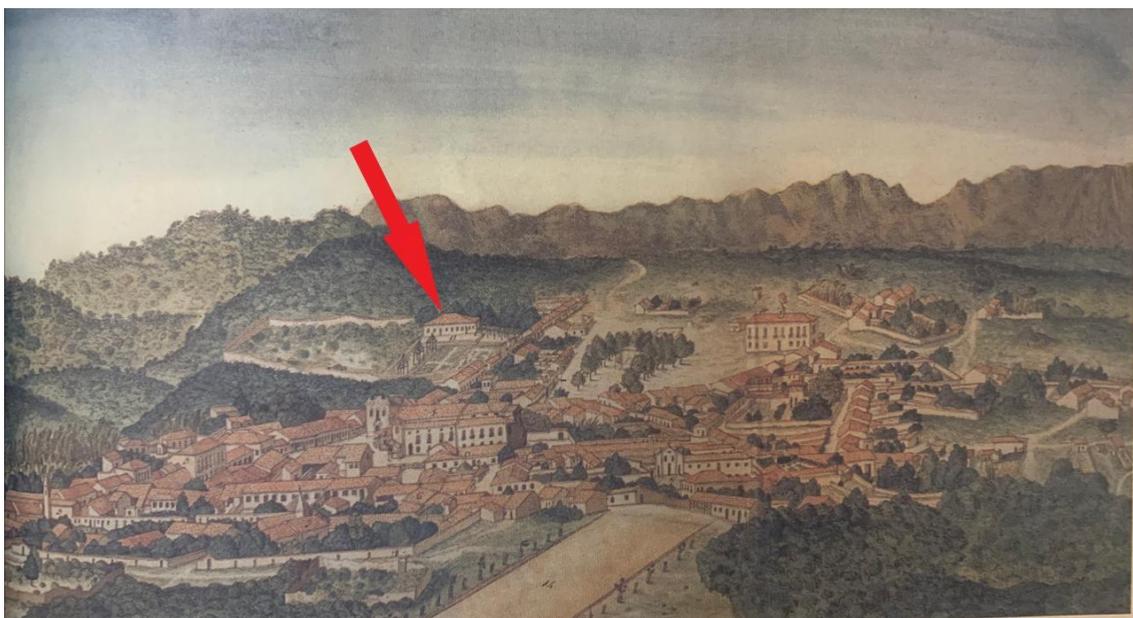
### 1.3. Contextualização da Área de Estudo

A edificação do primeiro Quartel de Polícia de Goiás e pavimentos anexos, construído na antiga Vila Boa, hoje receptivamente, o 6º Batalhão de Polícia Militar e atual cidade de Goiás configura-se na área de estudo desta pesquisa, uma vez que passou por intervenção arquitetônica que contou com a pesquisa arqueológica, que neste caso contribuiu para a ampliação da discussão dos processos de ocupação de Vila boa de Goiás.

A edificação que abriga o quartel passou por obras de restauro devido ao adiantado processo de deterioração por intervenções ligadas ao processo de restauração e requalificação<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> O bem está inserido no Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás, tombado pelo Iphan através do Processo nº 345-T-42, com inscrição 393 no Livro do Tombo das Belas Artes, em 03 de maio de 1951, e inscrição 71 no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 18 de setembro de 1978. O conjunto foi rerratificado em 2004, quando o bem, então pertencente ao entorno, passou a ser incluído na zona de preservação.

A área atualmente denominada como Quartel, situado na Avenida Prof. Deusdeth Ferreira de Moura, esquina com a Travessa Prof. Bendito Soares de Camargo, é composto de diversos blocos implantados no terreno, e mescla sistemas construtivo tradicionais, conforme explicitado em diagnósticos do IPHAN (2019). Conforme dados do IPHAN (2019), a construção da primeira edificação que compõem o Quartel para fins militares data de 1867, foi implantado em uma área de 724 m<sup>2</sup>, parte de uma fazenda comprada de herdeiros do Cel. João Nunes da Silva, conforme a indicação do mapa (fig. 12).



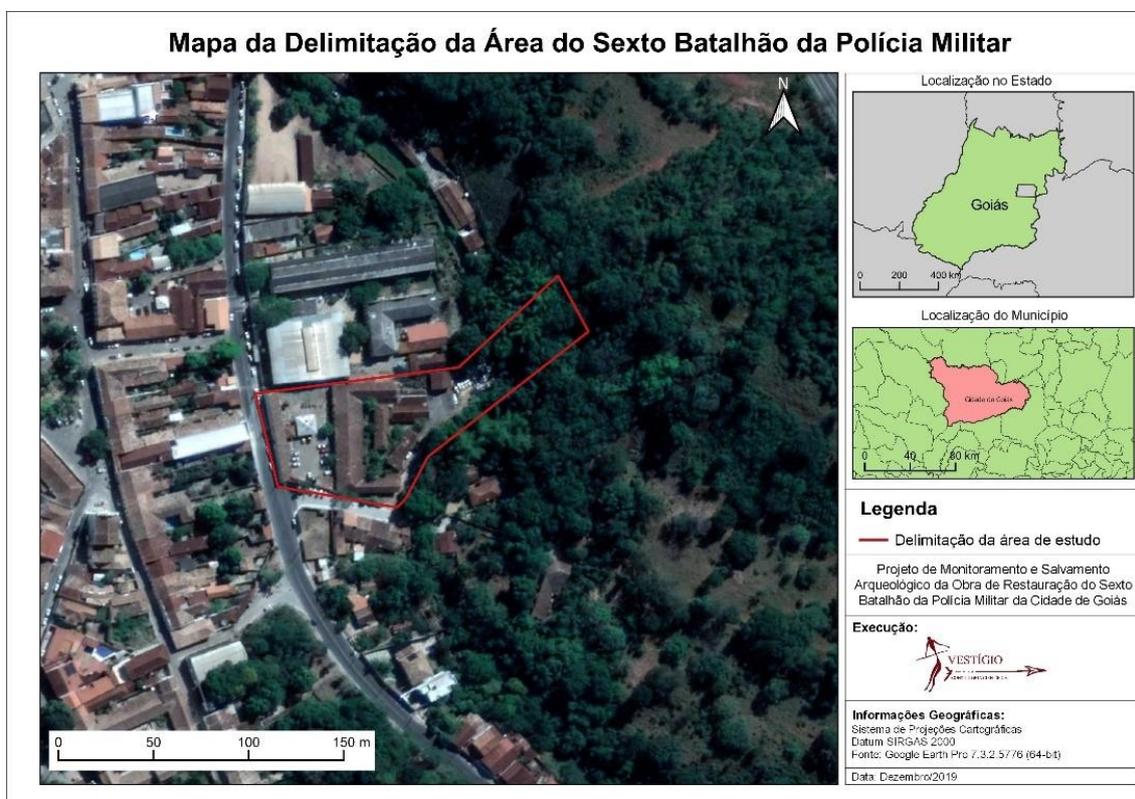
**Figura 12.** Prospecto da Cidade de Goiás em 1803 por Joaquim Cardozo Xavier. Área de possível fazenda que antecedeu o quartel, seta em vermelho indicando a área da fazenda, adaptado pela autora. Fonte: COELHO, 2013, p. 43.

Neste sentido a presente investigação buscou na leitura do contexto arqueológico compreender os processos de ocupação levantando a possibilidade de a área ter sido ocupada antes da construção do quartel.

Dada a sua importância à História de Goiás, e pelo avançado estado de degradação, o Iphan determinou em 2019 a restauração do mesmo, pois é fundamental para a manutenção da ambiência do conjunto do Patrimônio tombado da Cidade de Goiás. Dentre os serviços propostos para a preservação do imóvel, constam obras de restauro da estrutura vernacular, com importantes e variadas técnicas construtivas de valores históricos culturais, e o resgate de material arqueológico, que compõe a coleção de cultura material que revelam parte importante da história local (figs. 13 e 14).



**Figura 13.** Localização do 6ºBPM. Simulação de relação da paisagem: Linha vermelha a circunferência espacial onde localiza o quartel, o rio, a estrada e a fazenda juntamente com o Centro Histórico da Cidade de Goiás. Linha vermelha, poligonal de entorno. Alfinete amarelo, trecho da estrada colonial. Em laranja a sede da fazenda e em azul o trecho do córrego Manoel Gomes. Fonte: Google Earth, adaptado Susan Valtuille, 2021.



**Figura 14.** Mapa de delimitação do 6ºBPM. Fonte: DANTAS & NASCIMENTO, 2019.

As edificações que integram o “Quartel”, a partir de 2004 (fig. 15) passaram a integrar zona de preservação juntamente ao “*Conjunto arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás*”. Até então as referidas edificações eram consideradas “entorno” do referido conjunto, e fora das ações de proteção (IPHAN, 2019) (figs. 15 e 16).



**Figura 15.** Edificações recentes do 6º Batalhão de Polícia Militar da Cidade de Goiás. Fonte: Site do Iphan/ GO. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/go/noticias/detalhes/5147/em-goiania-go-6o-batalhao-da-policia-militar-de-goias-sera-restaurado>. Acesso em: 10 set. 2020.



**Figura 16.** Localização do 6ºBPM no conjunto protegido. Linha vermelha, poligonal tombada. Linha azul, poligonal de entorno. Alfinete amarelo, 6ºBPM. Fonte: Memorial descritivo do IPHAN, 2019.

Valendo colocar aqui uma contribuição de Tamaso (2015) sobre a ampliação da área tombada, que passa a considerar a paisagem cultural dentre outros termos, ainda não contemplados no processo de tombamento;

O sistema patrimonial oficial (IPHAN) ampliou sua base de ação sobre os monumentos isolados tombados da década de 50, para patrimônio urbano tombado em 1978 e rerratificado em 2004. Expandiu-se do histórico, arquitetônico e arqueológico reconhecido em meados do século XX, ao natural, paisagístico e cultural, no início do século XXI, quando para além do conjunto arquitetônico e urbanístico, os documentos oficiais começaram considerar termos como 'paisagem cultural' e em 'referência cultural', que inclui os bens de natureza imaterial (TAMASO, 2015, 168).

Para a autora, assim como deve ser considerado pela grande maioria dos vilaboenses, os patrimônios sejam eles, públicos ou privados, materiais ou imateriais, são interligados:

[...]Uma interanimação que atribui mais densidade e significado às trocas simbólicas e a cada um dos bens e dos lugares inseridos no sistema. Ocorre que as gramáticas dos patrimônios privados e religiosos não teriam sentido se não existissem inseridas numa rede de trocas simbólicas e materiais que se efetuam nos patrimônios públicos, nos lugares como as pontes, largos, chafarizes, becos, ruas, calçamentos, monumentos, edificações públicas e música. Designo como patrimônio público os (1) bens culturais materiais, localizados no espaço público, que sejam de reconhecido valor (mas não necessariamente de igual valor) para os vilaboenses tradicionais e/ou para os agentes da preservação patrimonial. Também são patrimônios públicos as edificações que são de propriedade estatal (municipal, estadual ou federal) e que devem também atender ao interesse público, como o Palácio Conde dos Arcos e o Museu das Bandeiras. Os patrimônios públicos são também coletivos por serem de propriedade pública e, portanto, por definição devem servir à coletividade (TAMASO, 2015, p. 177).

Dentre as colocações trazidas por Tamaso (2015), a contextualização do Quartel do 6º Batalhão de Polícia Militar com seu entorno, tem uma significância para além de sua edificação; está inserido em uma paisagem cultural e interligado as vivências locais:

As casas são tomadas, uma vez ao ano, pelos Foliões do Divino Espírito Santo, que percorrem seus cômodos portando a coroa, cetro, bandeiras e salva: todos símbolos cruciais da Folia e da Festa do Divino Espírito Santo<sup>19</sup>. Junto dos foliões está a Banda do 6o. Batalhão da Polícia Militar, com repertório de marchinhas, boleros, música clássica e sacra. Comida, bebida, oração e música alimentam a sociabilidade que une centro histórico, área de entorno e periferia. De casa em casa, de rua em rua, os foliões vão recortando o espaço

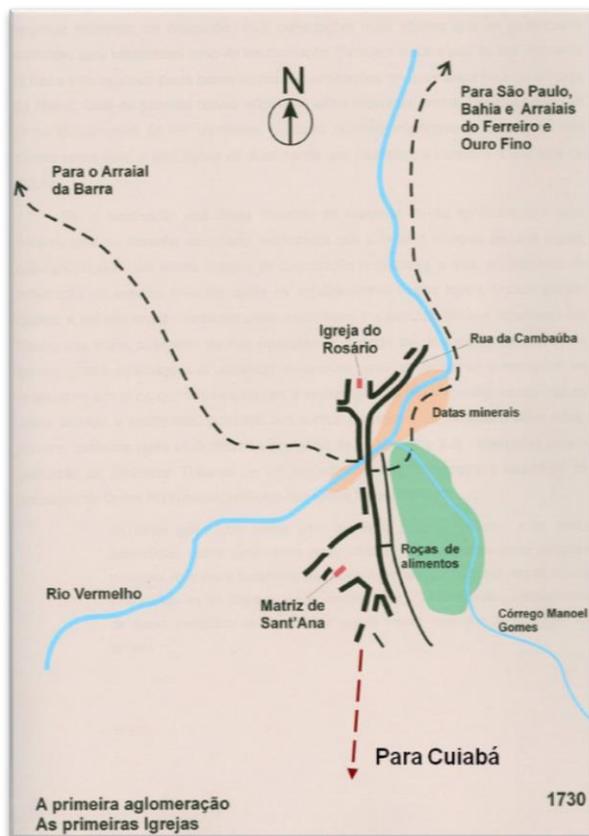
enquanto costumam as trocas sociais que nele se dão. Corte e cerzido, são partes do trabalho de tecer a sociabilidade sustentada pelas práticas culturais, algumas delas patrimoniais (TAMASO, 2015, p. 164).

Em relação ao histórico da área do Quartel, podemos acrescentar o contexto em que a edificação está inserida, com as contribuições de Coelho (2013).

Em 1859, Francisco Januario da Gama Cerqueira anunciava a aquisição de uma chácara para a instalação do mercado. Essa chácara foi, posteriormente, cedida aos militares e atualmente é o local onde se encontra o Quartel da Polícia Militar do Estado (COELHO, 2013, p. 93).

Valendo ressaltar que, o 6º Batalhão de Polícia Militar, popularmente conhecido por Quartel, primeiramente compartilhava o espaço com o 20º Quartel do Exército, em uma localização mais aproximadas da parte central da então Vila Boa, denominada Núcleo Administrativo, representada na obra de (MARTINS, 2004 apud BARBO & VIEIRA JR., 2011). No entanto, houve a mudança para uma área parcial de uma fazenda, conforme dados do IPHAN (2019) localizada no entorno, denominada espaço destinados à Roças de Alimentos (fig. 17).

A área está posicionada logo na entrada da Cidade de Goiás e próximo ao traçado da estrada que a interligava aos demais arraiais com São Paulo e Bahia. Esta mudança foi tratada como uma tentativa de minimizar os conflitos internos dentro do 20º Quartel do Exército ou Quartel do XX, fato não aprofundado em fontes consultadas (fig. 18).



**Figura 17.** O Arraial de Santana em 1730, com sentido do caminho para Cuiabá. Fonte: VIEIRA JR. & BARBO, 2011.



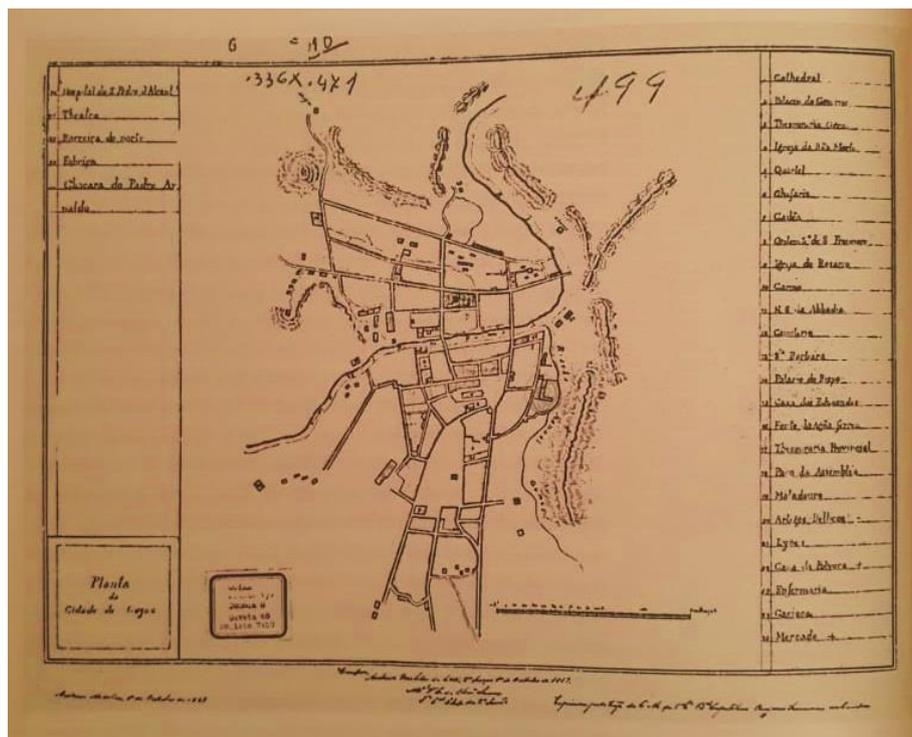
**Figura 18.** Eixos de ocupação da antiga Vila Boa. Fonte: OLIVEIRA, 2014.

Coelho (2013), observa no mapa de 1884 que “o imóvel adquirido para a instalação do Mercado Municipal, e cedido aos militares, já aparece no mapa com indicação que estaria sendo ocupado pelo Quartel do Esquadrão de Cavalaria” (COELHO, 2013, p. 95-96).

Porém, de acordo com Coelho (2013), em 1867 o imóvel teria sido adquirido para fins militares, sem especificar exatamente a qual quartel seria e para quais objetivos teriam sido utilizados. Assim como a referência da antiga “Caza de educandos”, que configura em grande parte das documentações oficiais, como sendo uma ocupação anterior da área que irá ser do atual Quartel de Polícia, mas não fica claro se foi vinculada a instituição militar.

No entanto, quanto a referência da ocupação do Jardim de Infância e outras ocupações descritas por Coelho (2013, p. 93), o autor deixa entender que se trata de duas áreas distintas: “No local onde se encontra o Jardim de Infância, edifício que já sediou a Escola Normal e o Palácio de Instrução, aparece no mapa a referência Caza de Educandos”, e a destinada aos militares sendo outra área. (fig. 19).

Em 1859, Francisco Januário da Gama Cerqueira anunciava a aquisição de uma chácara para instalação do mercado. Essa chácara foi, posteriormente, cedida aos militares e atualmente é o local onde se encontra o Quartel de Polícia Militar do Estado [...] O imóvel adquirido para instalação do Mercado Municipal e cedido aos militares já aparece no nesse mapa com indicação de que estaria sendo utilizado pelo Quartel do Esquadrão de Cavalaria (COELHO, 2013, p. 96).



**Figura 19.** Mapa de Vila Boa no ano de 1867. Fonte: COELHO, 2013.

A Caza de Educandos, que já foi uma das ocupações do atual Quartel, segundo dados do IPHAN, não consta que tenha sido no mesmo lugar do atual Jardim de Infância, mas ao seu lado, conforme relatos orais. O fato não deixa dúvidas, pois há evidências da ocupação da Caza de Educandos dentro do atual Quartel, como uma placa com seu nome.

Cabendo retomar que como já colocado por outros autores e também tratado por Coelho (2013), a área destinada a vila oficial, Vila Boa, não foi de imediata ocupação, pois nas áreas já ocupadas pelo arraial de Sant'Anna eram comuns ter pessoas que insistiam em construir aleatoriamente no arraial, mesmo desrespeitando a ordem regia. A nova vila foi posicionada a margem esquerda da estrada que ligava o Arraial de Sant'Ana à capital de Mato Grosso, e a previsão era de seguir um planejamento já determinado pelos governantes.

No entanto, nas áreas já ocupadas no terreno que seria a vila, nem todas seguiram o planejamento urbano proposto, ou seja, a de "possuir as mesmas características formais e padronização", de influência árabe nas cidades portuguesas:

Quanto à suposta negligência no que se refere ao traçado das ruas, o que se entende é que a demarcação da vila se resumiu à definição do espaço da praça, triangular, de lados perfeitamente alinhados, dentro de um contexto em que as vias, irregulares, eram aquelas já existentes e pertencentes ao arraial (COELHO, 2013, p. 75).

A imprecisão das fontes é constantemente percebida quando se trata da ocupação e formação da nova vila, e no que se refere ao planejamento urbano na Vila Boa, percebe-se que as tentativas arbitrárias de implantação do programa tiveram limitações. As determinações “façais delinear por linhas retas a área para as casas com seus quintais” (DELSON, 1997, 31), passou a ser seguida nas novas edificações, mas considerando principalmente a configuração de seu relevo, fato que é percebido na cartografia histórica e estudos a respeito, que somente uma parte da malha urbana permite o planejamento como foi previsto, e este se mantém até os dias atuais no centro histórico.

No que se refere a motivação da escolha da nova área para a instalação do Quartel de Polícia, desmembrando do Quartel do XX, situada bem na entrada da cidade, possivelmente foi pensado que o controle se tornaria mais eficaz. A barreira natural formada pelo córrego Manoel Gomes, pelo morro do Chapéu do Padre, permitia uma boa visibilidade e vigília das pessoas que ali transitavam. O lugar possibilitava as interligações de interesses econômicos, políticos e religiosos, visto que um trecho de uma estrada pavimentada com pedra foi identificado paralelamente ao córrego Manoel Gomes, nas proximidades do Quartel, bem próximo ao centro da cidade. No entanto, não foram acessados registros que possam afirmar essa inferência, mas os estudos arqueológicos em centros urbanos históricos, tendo como referência a Arqueologia Urbana possibilitam acessar novas leituras.

Portanto, há um trecho da estrada que foi relatado em pesquisas mais aprofundadas com dados mais consistentes, que será tratado adiante.

#### **1.4. Estruturas no Entorno**

A edificação do Quartel de Polícia mantém até os dias atuais o padrão colonial adotado em sua formação. Porém, foi percebido que suas técnicas

construtivas são bem distintas, desde parede de adobe, taipa de pilão, paredes de pedra e tijolos comuns. Telhas de barro de coloração clara, e pisos com acabamentos também variados.

Os edifícios de interesse histórico que compõem o complexo do 6ºBPM possuem gaiola de madeira com alvenaria autoportante de pedra, adobe e tijolo maciço, além de divisões internas em pau-a-pique. As fundações são em pedra argamassada. Apresentam esquadrias de madeira e vidro, cobertura em estrutura de madeira e entelhamento cerâmico (IPHAN, 2019).

Foram relatados em estudos sobre a antiga Vila Boa que em grande parte das edificações oficiais não tem um padrão de estilo, levando em consideração que as mesmas foram adaptações a partir de uma residência, como aconteceu nos primeiros prédios públicos no início da formação da vila, como já mencionado (COELHO, 2013; COSTA, 2014).

Na edificação do Quartel as janelas e portais de madeira o padrão retangular é mantido, e os batentes e os largos compõe o estilo oitocentista da antiga Vila Boa.

Nas técnicas construtivas descritas foram percebidas que utilizaram materiais disponíveis na natureza, assim como as lajes encontrado no calçamento do Quartel. A semelhança é percebida no entorno da área de estudo: as ruas da cidade como também nos muros e trechos da estrada próximo ao córrego Manuel Gomes (figs. 20 e 21).

No mapa do arquivo público do Distrito Federal há menções de duas estradas nas mediações do quartel, sem especificar quais seriam, no entanto, em outros estudos mencionam que trechos da estrada colonial que chegava do Arraial de Meia Ponte e seguia para Cuiabá, passavam no centro da cidade, posicionada paralelamente à frente do atual Quartel, mas não no mesmo lugar do mapa, que é mais periférica em relação a vila. Outro trecho, partindo da entrada da cidade rumo ao Arraial Ferreiro, também é mencionada na bibliografia sobre as estradas de Goiás, assim como as estradas tronco e suas conexões intermodais (BERTRAN, 2011; BERTRAN & FAQUINI, 2002; BARBO, 2009;

BARBO & RIBEIRO, 2015; VIEIRA JR., 2009, 2015; SILVA & VIEIRA JR., 2018, MOURA, 2018).



**Figura 20.** Trecho da possível estrada colonial localizada ao fundo do quartel. Autora: S. Guimarães, 2020.



**Figura 21.** Trecho da possível estrada colonial localizada ao fundo do quartel. Autora: S. Guimarães, 2020.

## **2. A CIDADE E SUAS MARCAS: Fragmentos de uma história viabilizada pela cultura material**

### **2.1. A cidade na perspectiva dos estudos de arqueologia**

Recentemente, estudo Quartel como as demais edificações da cidade de Goiás, que compõe o “*Conjunto arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás*”, contou com uma equipe interdisciplinar e multidisciplinar e a busca de uma “probabilidade de existência de vestígios de culturas que remetam a ocupações pretéritas” é o que se pode chamar de levantamento do potencial arqueológico, de acordo com as colocações de Oliveira (2005), e que passa a ser o estudo da cidade na perspectiva da arqueologia: a Arqueologia Urbana.

Nesta perspectiva, as cidades podem ser entendidas de diversas formas, ora pela análise do seu potencial arqueológico, tanto da pré história e história. Os arqueólogos as interpretam como construção estratigráfica de camadas sucessivas de histórias. Já em relação a grande maioria das pessoas, a cidade é um lugar que guardam suas marcas e seus vestígios e no patrimônio edificado.

No entanto, o estudo da cidade como espaço urbano quanto ao seu potencial arqueológico é ainda muito recente no Brasil. Algumas colocações nas primeiras surgem nas décadas do XX, e no viés do urbanismo, o estudo tem suas referências na virada do século XX ao XXI (COSTA, 2014).

Por conseguinte, as ações para o conhecimento do potencial arqueológico de uma determinada cidade passou a ser uma das exigências de se fazer uma arqueologia urbana, e para tanto, dentre as cidades brasileiras, a cidade de Goiás vem sendo contemplada com ações que permitem a inserção da pesquisa arqueológica em contextos de restauração.

Galinié & Royo (1998, *apud* Oliveira, 2005, p. 8) acrescenta que: “a pesquisa arqueológica em meio urbano cria um novo espaço para o arqueólogo, relacionado à gestão do patrimônio urbano”, e ainda, o estudo possibilita a leitura de “uma compreensão de conjunto das modificações ocorridas na cidade, dentro de uma concepção de longa duração”.

Rompendo os antigos estudos da cidade de forma desarticulada, pesquisadores da área apontam que há várias maneiras de interpretar a cidade, desde sua forma física, estruturas, design urbano, ambiente, função e deslocamentos. No entanto, a imagem construída pelos seus habitantes amplia as suas leituras, como a inter-relação entre os espaços, trajetos, vias de acessos aos bairros, ou limites e fronteiras onde circulam as pessoas. São lugares com características próprias e com “marcos que são criadores de identidades”, ora distantes ou locais (LYNCH, 1999 *apud* COSTA, 2014, p. 97).

Para tanto, apoiando nas afirmações de Smith (2011), na formação dos espaços urbanos é necessário considerar três princípios básicos na investigação arqueológica: “o traçado e forma da cidade, o planejamento e execução urbana, e as dinâmicas sociais da vida urbana” (SMITH, 2011 *apud* COSTA, 2014, p. 60).

Valendo ressaltar que, no estudo das linhas evolutivas do traçado urbano desde o Arraial de Sant’Anna, passando pela antiga Vila Boa de Goyaz até a atual Cidade de Goiás, tratado por Coelho (2001), foram evidenciados momentos ímpares para a formação urbana deste lugar. Mesmo que de forma irregular, o traçado urbano tem uma lógica de planejamento, segundo o autor. Os conceitos incidentalidade e intencionalidade trazidos pelo arquiteto Neiva Coelho marcam os estes momentos:

[...] nos primeiros anos formação do núcleo ocorreram de forma incidental, motivada pela atividade da mineração que determinou a divisão do território em datas ao longo do Rio Vermelho. Entretanto o desenvolvimento urbano consequente da ascensão política e econômica da Vila Boa, fez com que fosse necessário assumir algumas orientações com relação à forma e função urbana. O processo se inverteu e os espaços públicos criados no entorno dos edifícios institucionais e religiosos passaram a orientar e delimitar a ocupação privada (COELHO, 2001 *apud* OLIVEIRA 2014, p. 25).

A utilização da Arqueologia Urbana no Brasil é ainda muito recente, remonta a 1990, e é ainda muito confundida com Arqueologia Histórica. Os primeiros trabalhos e publicações iniciaram na Europa, e em seguida Estados Unidos. Na América do Sul, a Argentina produziu importantes pesquisas, e no Brasil, os estados do sudeste se destacam.

Conforme observa Dantas (2014), “na América a Arqueologia Histórica é um campo que trata do período posterior ao contato entre as populações indígenas, grupos vindos da África e os europeus chegados ao Novo Mundo” (DANTAS, 2014 p. 21), porém o período histórico de cada lugar não é uma constante, como podemos observar com a chegada dos portugueses em nosso litoral no início do século XVI, enquanto que no interior de nosso território, como Goiás, sua chegada é somente no final do XVII.

O presente estudo faz um recorte para o período posterior ao contato dos povos originários, presentes nas regiões centrais em torno de 12 mil anos, sem com isso tentar evidenciar a dualidade homem branco, europeu, explorador e em contrapartida aos povos indígenas extintos de uma forma generalizada. O recorte se justifica por considerar que os povos indígenas, que resistiram bravamente à colonização buscaram garantir sua raiz cultural, assim como os africanos vindos para o Brasil, que pertence ao contexto de formação e ocupação da região dos Goyazes, merecendo estudos aprofundados devido a riqueza cultural que integra a formação cultural brasileira, e não uma breve abordagem de contextualização.

Mesmo que ainda sem números significativos, trabalhos pontuais de Arqueologia Urbana surgem algumas cidades históricas, principalmente na região sul e sudeste do Brasil, ou em projetos relacionados ao licenciamento ambiental e ou em obras de restauração. Na cidade de Goiás, conforme já tratado, as pesquisas arqueológicas avançam descortinando novas possibilidades analíticas, bem como, novas abordagens. Cumprindo as determinações legais na escavação arqueológica, a análise da área do Quartel de Polícia, na perspectiva da Arqueologia Urbana, é a linha de pesquisa que norteou o presente estudo.

A pesquisa arqueológica em obras de restauro se cumpre por exigências legais e determinação do órgão IPHAN, como ação de preservação ao Patrimônio Cultural da atual cidade de Goiás (IPHAN). Lembrando que legislação ao patrimônio cultural iniciou em 1960. As leis federais que protegem o patrimônio arqueológico são: 3.924 de 1961, 6.766 de 1979 e 6.938 de 1981 e também através de vários artigos da constituição federal como, por exemplo, os artigos, 20, 23, 30, 216 e 223. Contando ainda com a portaria 007 de 1988, que

regulamenta as autorizações de pesquisa arqueológica, como também a portaria 230 do ano de 2002, emitida pelo IPHAN, que norteia as pesquisas arqueológicas nas etapas de licenciamento. Sendo que as que especificam “os projetos de restauração, tanto a carta de Veneza (1964) quanto a carta de restauro (1972), tratam da necessidade de se incluir nas equipes de restauro arqueólogos para que os bens sejam preservados” (DANTAS & NASCIMENTO, 2020).

Tendo como base o conceito de Arqueologia Urbana, de acordo com as colocações de Staski (1982, *apud* TOCCHETTO & THIESEN, 2007, p. 178), observa que este ainda não tem uma definição consensual, distinguindo no campo de ação do arqueólogo, que estaria entre a prática arqueológica no contexto urbano, ou seja, na cidade, ou no “estudo das relações entre cultura material, comportamento humano e cognição em um ambiente urbano”, vista como a arqueologia da cidade.

De acordo com Costa (2014), a cidade no ponto de vista das ciências humanas e sociais, “pode ser observada como um laboratório privilegiado, único, e acelerado para análise das mudanças socioculturais”, podendo ser identificado ao estudá-la:

Identificamos neste campo de estudo a concepção espacializada e temporal do sociocultural, e reciprocamente, a socialização e aculturação do espaço ao longo do tempo. O estudo sistematizado das cidades já ajudou a derrubar vários tabus, como a concepção de “desorganização” do espaço urbano, ou mesmo o desentendimento das cidades como portadoras e geradoras de culturas específicas (COSTA, 2014, p. 46).

Cidades é como se fossem um livro escrito por muitos e sucessivos autores, podem ser comparadas a baús de reminiscências de memórias individuais e coletivas. Nelas, indivíduos e grupos sociais de diferentes épocas deixaram suas marcas. Por sua vez, as cidades são lugares que possuem a capacidade de guardar de memórias de distintas ocupações: expressas nas marcas e vestígios de vivências múltiplas (TOCCHETTO & THIESEN, 2007). Conforme pode ser observado na área de estudo em tela, pois a área de escavação possui camadas de ocupação relacionadas usos distintos ao longo do tempo.

Nas cidades, a dinâmica, a pluralidade, a diversidade, as interligações e a complexidade são uma das suas características marcantes que expressam e representam as vivências passadas às atuais dos diferentes grupos que nela viveram e vivem com seus costumes, tradições e relações socioculturais. Sendo assim, a cidade passa a ter a categoria de cenário e personagem, um sítio arqueológico, ou melhor, “Cidade Sítio”. O conceito “*city site*”, proposto por Cressey e Stephen (1982, *apud* TOCCHETTO & THIESEN, 2007, p. 181), é uma ferramenta teórico metodológica, na qual a arqueologia urbana é aplicada nos estudos em ambientes urbano e áreas periféricas, pelos possíveis vínculos existentes quanto ao potencial arqueológico.

Tocchetto e Thiesen (2007) alinhava que, as cidades e seu entorno são lugares de vivências múltiplas e de sucessivas ocupações podendo ser lidas em suas marcas, nos artefatos, nas edificações, na paisagem, e como mecanismo de acesso ao passado é vista como cidades sítios, a fiel depositária e o fio condutor à memória local e no despertar de pertença de seus moradores. Nelas permitem a interpretação de seus códigos e significados, identidade e instrumento de preservação do patrimônio arqueológico.

Inteirando as observações de Tocchetto e Thiesen (2007) sobre as interpretações das cidades como lugares possuidores de identidade e significado, Melo (2009, p. 42) coloca que, os lugares só os adquirem “quando da intenção humana, bem como resultado da relação entre intenção e atributos objetivos do lugar ou entre o cenário (espaço físico) e a cena (intenção humana)”.

Para Thuan (1980, *apud* Melo, 2009, p. 42), “lugar é criado pelos seres humanos para fins humanos”. Ele relaciona também o tempo como fator determinante da intensidade desse relacionamento. Sendo assim, lugar(es) passam a ter significados ao longo do convívio, e não é uma relação imediata.

Melo (2009, p. 37) acrescenta que a identidade do lugar é construída da interação, das percepções, experiências vivências do homem com o espaço. Espaço este que se transforma em lugar, e a afetividade para com este lugar é que torna a identidade “em uma nova paisagem”. A paisagem é vista assim como uma construção, sendo, portanto, “polissêmica, dinâmica, e reage de acordo com que seus componentes interagem com ela mesma”.

A paisagem pode, assim, ser definida como a natureza que pode ser observada pelo homem e transformada por ele, não só por gestos, mas pelo simples fato de ser observada, interpretada por seu observador. A paisagem não é a natureza; ela participa da natureza, da eternidade que se faz natureza, um constante existir desde antes dos homens, e isso nos faz crer que a paisagem seja uma “substância” (CAUQUELLIN *apud* MELO, 2009, p.36).

Entre as redes de interações, espaço e sociedade, as estradas são mais um dos instrumentos interpretativos, pois possuem um grande potencial para compreender as possíveis relações entre meio, ações humanas com a paisagem. Conforme observa Teixeira Neto (2009, p. 55), estradas são além de traçados, e necessitam de cuidados especiais nas suas análises, pois elas são como organismos vivos, e raramente se “sobrevivem isoladamente”:

Ao contrário, se articula se comunica, como fios de uma mesma rede, como artérias de um mesmo corpo, com outras estradas e caminhos. Às grandes artérias, como a aorta no corpo humano, se interligam as veias e pequenos vasos capilares. Assim, em seu conjunto, as estradas se integram ao conjunto orgânico da vida de relações de uma região, de um estado, de um país, de um continente, do mundo todo. Nesse sentido, a estrada não somente é um elemento de aproximação e de convergência de homens e entidades territoriais, mas também de problemas que interferem na vida da região, do estado, de cada um dos seus cidadãos (TEIXEIRA NETO, 2009, p. 155).

Coelho (1997, p.123) alinha a citação de Teixeira Neto (2009), observando que nas cidades:” a estrada é um dos elementos a contribuir para a formação do espaço Urbano”. Para o autor, tal contribuição permite perceber no traçado de Vila Boa, que a “estrada cria um eixo que, em conjunto com a implantação das datas mineradoras, começa a definir e a estruturar a conformação urbana”.

E de acordo com Barbo (2009, *apud* Dantas, 2010), a estrada foi um meio de comunicação de ordens, mercadorias, tropas e burocracia.

Dantas (2010, p. 167), relata ainda que, as estradas ou caminhos criados para servir primeiramente para atividade mineradora, vai ser um elemento viabilizador de manutenção das vilas e arraiais, tanto no comércio externo e interno, e assegurando também “mecanismos de participação das províncias na política central”.

Seus caminhos, traçados e rotas estão registados na documentação oficial, no “Mapa dos Sertões que Compreendem de Mar a Mar entre as Capitâneas de

S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato Grosso e Pará”, como também na paisagem, mesmo que seja um trecho, ou uma via interligada ainda a ser estudado. Sendo assim, a paisagem como um “sistema de valores” em constante transformação, considerando o contexto que está inserido, pode ser compreendida como: “um acúmulo desigual e combinado de espacialidades pretéritas, presente e com projeções de futuro” (SILVA et.al, 2012).

## 2.2. Articulação da pesquisa histórica e pesquisa arqueológica

A Arqueologia História esteve em muitos debates teóricos nos anos 60 e 70 em relação à sua conceituação, se pertencia ao campo da História ou da Antropologia.

De acordo com Orser Jr. (1992, p. 25), a esta definição da Arqueologia História é que “pode determinar o sentido e a abrangência do campo de pesquisa” do arqueólogo. No entanto, adverte que a Arqueologia pertence ao estudo científico da ligação entre passado e o presente, e não a um campo específico de uma disciplina.

[...] A grande maioria dos arqueólogos diria, hoje, que seu campo de pesquisa compreende *tanto* a história *como* antropologia, mais um grande número de campos correlatos, incluído geografia histórica e cultural, a economia política e cartografia [...] a arqueologia histórica, um campo muito diverso de investigação que combina um grande número de abordagens (ORSER JR.,1992, p.27).

Levando em consideração as contribuições de Orser Jr. (1992), em que a Arqueologia Histórica em sua multidisciplinaridade, possui um grande leque de fontes de informação que serão acessadas de maneira específica a cada sítio pesquisado, assim este estudo apresenta sua abordagem.

Procurando estar em consonância com os aportes teóricos que norteiam a presente pesquisa, buscou-se ao realizar a investigação, ancorar em uma perspectiva interdisciplinar que trata a arqueologia, história, a geografia e a arquitetura enquanto campos epistemológicos complementares neste tipo de estudo. Vale considerar as novas abordagens destas disciplinas nas últimas

décadas, nas buscas de preencherem lacunas deixadas pelos procedimentos anteriores nos saberes científicos com abordagens tradicionais, que se fazem necessárias, principalmente quando se trata de preservação do Patrimônio Cultural.

Neste sentido, para analisar o cenário da paisagem emoldurada no processo de ocupação urbana da antiga Vila Boa, a articulação dos métodos e técnicas da Arqueologia, da História e da Arquitetura torna-se essencial. Dantas (2014, p. 22) aponta que, a partir da interdisciplinaridade vem “ampliando os campos de pesquisas, o qual só seria passível de mudança com a diversificação de fontes e com mudanças metodológicas significativas”.

No que se refere a história e arqueologia ambas trabalham com objetos parciais fragmentados no tempo e no espaço, se divergem pelo tipo de fonte que utilizam e sua complementariedade se dá pela limitação das fontes e possibilidades teórico- metodológica das duas ciências, sendo assim é possível discutir diversos temas sendo em escala macro ou micro, cada uma contribuindo dentro das suas possibilidades conceituais (ORSER, apud DANTAS, 2014, p.21).

O estudo do 6º Batalhão de Polícia Militar de Goiás, o primeiro do estado, está passando atualmente por obras de restauração, com obras arquitetônicas e pesquisa arqueológica. A pesquisa arqueológica em obras de restauro se cumpre em exigência legal e determinação do IPHAN como ações de preservação ao Patrimônio Cultural da atual Cidade de Goiás.

A edificação histórica do quartel militar oitocentista e de seus pavimentos anexos possuem significância histórica, no entanto, anteriormente pertencia a categoria de edificações do entorno, fora da proteção prevista pelo órgão competente. Dada a sua importância histórica, os mesmos foram incorporados aos demais edificações tombadas no Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás, tomando com um dos critérios a sua significância da paisagem cultural.

Sendo assim, para as ações previstas nas obras de escavação e resgate dos artefatos arqueológicos, e para o atual estudo, considerando o valor patrimonial do Quartel, a pesquisa em fontes documentais históricas, tanto

locais, como também regionais, e ainda em escala nacional, que articulam com as dinâmicas de ocupação e povoamento da antiga Vila Boa, é de suma importância, pois norteia o trabalho em todo o seu processo de construção do conhecimento do referido objeto.

A presente pesquisa contemplou fontes bibliográficas da história da colonização do Brasil, considerando os seus vários aspectos: econômicos, políticos, religiosos e naturais, possibilitando identificar a inter-relação destes ao Patrimônio Cultural edificado, formado pelas ocupações, povoamentos e imigrações, considerou principalmente a correlação da cultura material acessada nas escavações arqueológicas. Primeiramente as fontes secundárias foram obtidas em acervo pessoal, bibliotecas, como também em domínio público em sites eletrônicos, adotando o uso de abordagem interdisciplinar, compilando dados fornecidos pelas pesquisas arqueológicas.

Essa soma de informações foi complementada por pesquisas em obras renomadas que retratam a historiografia no contexto goiano: Bertran (1988;2011); Chaul (1997;1998); Palacin (1976; 2008), recortando ainda para uma mais específica ocupação da antiga Vila Boa de Goiás: Coelho (1997; 2013); Dantas (2014); Oliveira (2014); Moura(2018), dentre outros, para assim chegar na edificação do Quartel: Dantas & Nascimento (2020).

Vale destacar que a cartografia presente nas obras de: Azevedo (1992), Barbo (2009), Moura (2018) e Vieira Jr. (2013) e as plantas do planejamento urbano da atual Cidade de Goiás presentes no estudo obras de Coelho (1997; 2013) e de Oliveira (2014) reafirmam o viés interdisciplinar da arqueologia com a História, Geografia e Arquitetura no presente estudo.

Outras pesquisas que abordam este tema estão disponíveis no meio acadêmico, onde foram consultadas, (artigos, monografias, teses e dissertações) priorizando as que abordam uma historiografia revisada, sem desprestigiar os clássicos de referência significativa, principalmente as que utilizaram de fontes primárias que possibilitaram as articulações, dentre elas: documentos históricos, a cartografia, os arquivos, registros oficiais, aspectos arquitetônicos, e principalmente sobre as estruturas e artefatos, acrescentado a pictografia, iconografia e a oralidade.

Nesta perspectiva, as escavações realizadas na edificação do “Quartel de Polícia”, e que serviram de informações para o presente estudo, buscou na combinação das fontes históricas consultadas com o material arqueológico acessado, evidenciar as relações do bem edificado e cultura material em conformidade com a dinâmica de vida dos distintos usos do lugar.

Considerando o bem edificado como estruturas não móveis, e o material arqueológico como estruturas móveis, as evidências encontradas nas interferências investigativas foram registradas para uma posterior análise relacional das mesmas. Novos estudos poderão ser mais aprofundados quanto as suas distribuições espaço temporal, aos possíveis usos locais, e ainda numa escala mais ampliada, desde os usos das edificações e relações com as estruturas do entorno: paisagem, rio, morro, a estrada e a Cidade de Goiás.

### 3. PROCESSO DE FORMAÇÃO DE SÍTIO: UM ESPAÇO... DISTINTAS OCUPAÇÕES.

#### 3.1. Escavação Arqueológica

As escavações arqueológicas realizadas no “Quartel” resultaram das intervenções investigativas do Projeto de Monitoramento e Resgate Arqueológico da obra de restauração do 6º Batalhão da Polícia Militar da Cidade de Goiás, com metodologias seguidas pela coordenação do mesmo. O

No entanto, para este estudo, foram utilizados os dados fornecidos, aprofundando a pesquisa nas fontes históricas que norteassem procedimentos metodológicos aqui aplicados, possibilitando assim inferir quais os distintos tipos de vestígios arqueológicos a serem encontrados nas escavações e fazer a relação com distintos tipos de ocupações da área do Quartel. Para melhor visualização seguem as imagens da sondagem S4, e fotos aéreas da área de estudo (fig. 22).

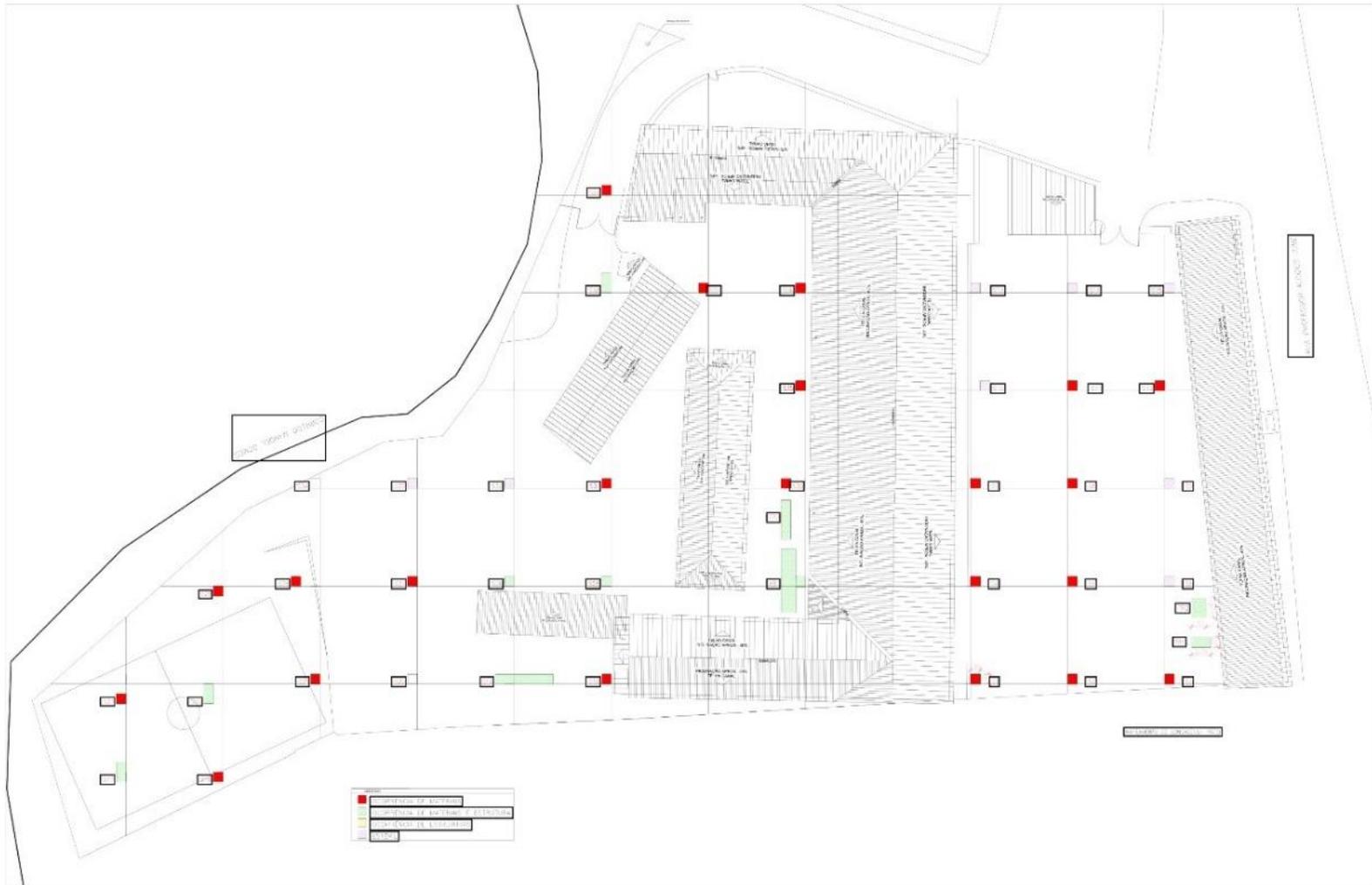


**Figura 22.** Área trabalhada S4. Autora: J. Nascimento, 2020.

Considerando que as intervenções na área de estudo possuíam funções distintas ligadas ao processo de restauração, neste estudo de caso foi escolhido os dados das sondagens investigativas para a pesquisa, uma vez que esse tipo de procedimento permite uma leitura sistemática de uma área ampla com relação a disposição horizontal e vertical dos depósitos arqueológicos.

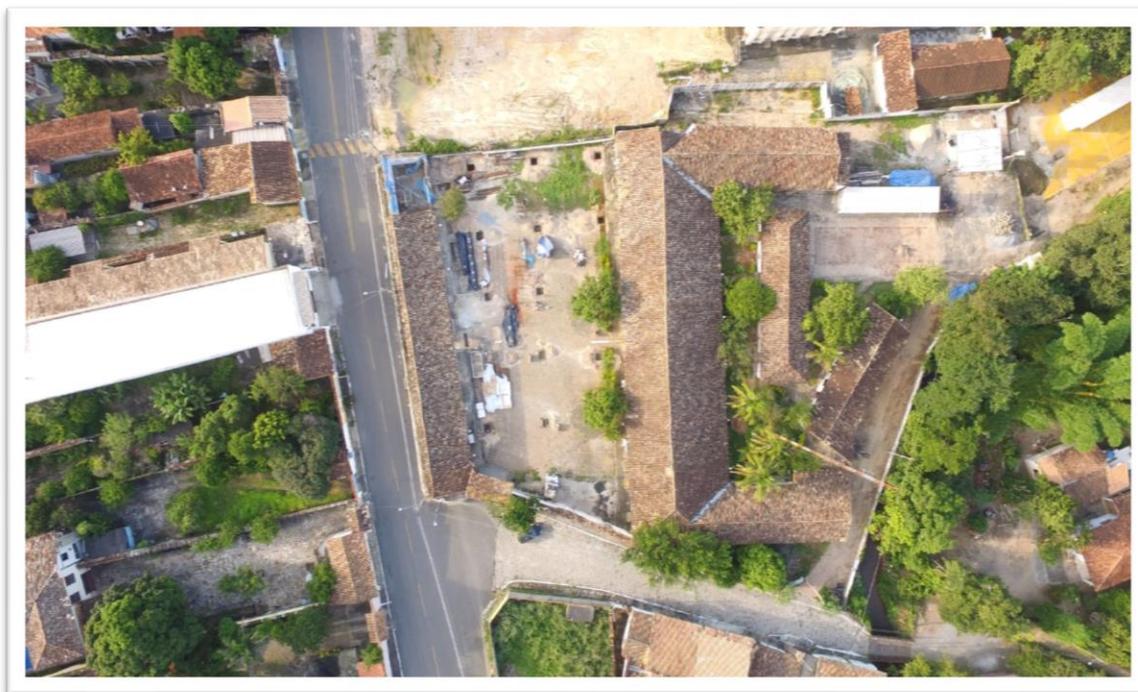
As intervenções de caracterizar as áreas de potencial arqueológico, estabeleceu uma malha de sondagem com 39 sondagens com dimensão de 1m<sup>2</sup> com espaçamentos de 10 metros. O procedimento foi aplicado pela coordenação do Projeto de Monitoramento Arqueológico em todo espaço externo da área em que se instalou o Quartel, considerando a disposição das edificações presentes.

Das 39 sondagens planejadas, denominadas S01 a S39, 38 foram escavadas, obedecendo a viabilidade, ou não, prevista nas intervenções (fig. 23), ressaltando que para este estudo, não houve a minha participação nas escavações arqueológicas, assim como o contato com o material arqueológico das mesmas, sendo fornecidos pela coordenação do projeto os dados das atividades interventivas, e informações complementares em uma visita guiada na área do Quartel e entorno, tomando as precauções de distanciamento social devido a pandemia.



**Figura 23.** Croqui das sondagens realizadas no Quartel nas obras de restauração. Fonte: DANTAS & NASCIMENTO, 2020.

Nas etapas de sondagens, a localização das intervenções foram: no pátio externo situado entre os blocos A e B; entre o bloco B e o curso do córrego Manoel Gomes e na área da quadra, totalizando 39 sondagens, onde pode perceber o potencial arqueológico das áreas escavadas, identificando tanto material arqueológico, quanto estruturas arquitetônicas e a presença de aterros (fig. 24).



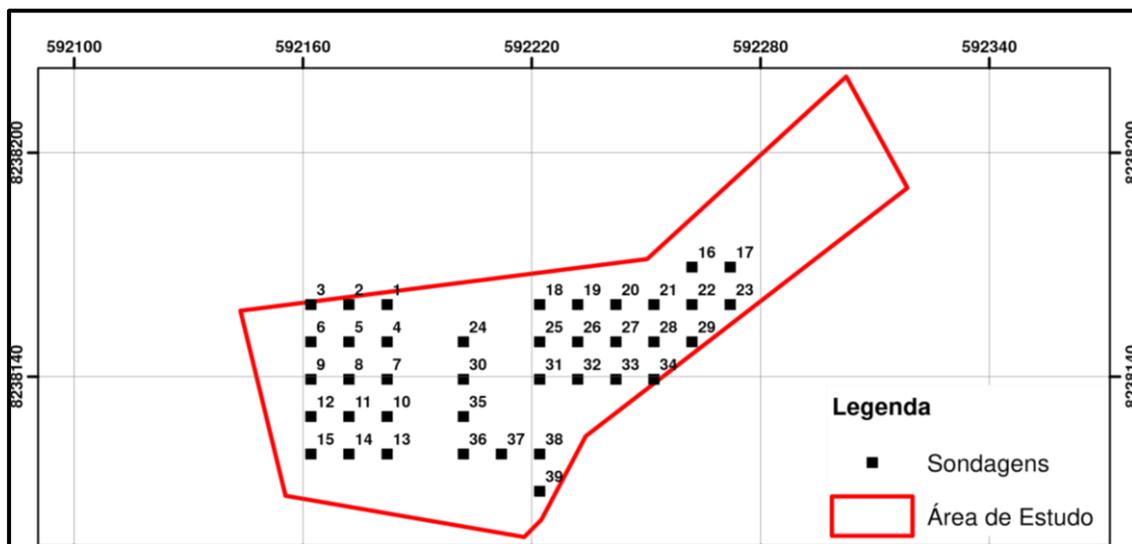
**Figura 24.** Imagem aérea das intervenções investigativas. Autor: D. Correia (2020).

A escavação das unidades sistemáticas resultou em um acervo significativo de material arqueológico que foram aqui trabalhados, associando as categorias de material, bem como discutido a dispersão e distribuição dos vestígios materiais nas dimensões vertical e horizontal.

### **3.2. Leitura do processo de formação do sítio a partir das escavações sistemáticas**

A distribuição do material arqueológico nas sondagens sistemática evidenciou aspectos importantes no processo de formação do sítio arqueológico. Observou-se que existe evidências materiais em toda a área de estudo, entretanto, considera-se necessário compreender a disposição do material arqueológico no processo de formação do sítio, buscando trazer informações

referentes a dispersão das evidências em uma perspectiva de tempo e espaço. Para melhor compreensão das áreas escavadas, foi elaborado para este estudo, a partir da sistematização dos dados da escavação arqueológica do Projeto de Monitoramento Arqueológico, o mapa de localização das sondagens (map. 1), bem como a tabela (tab. 1) com os dados.

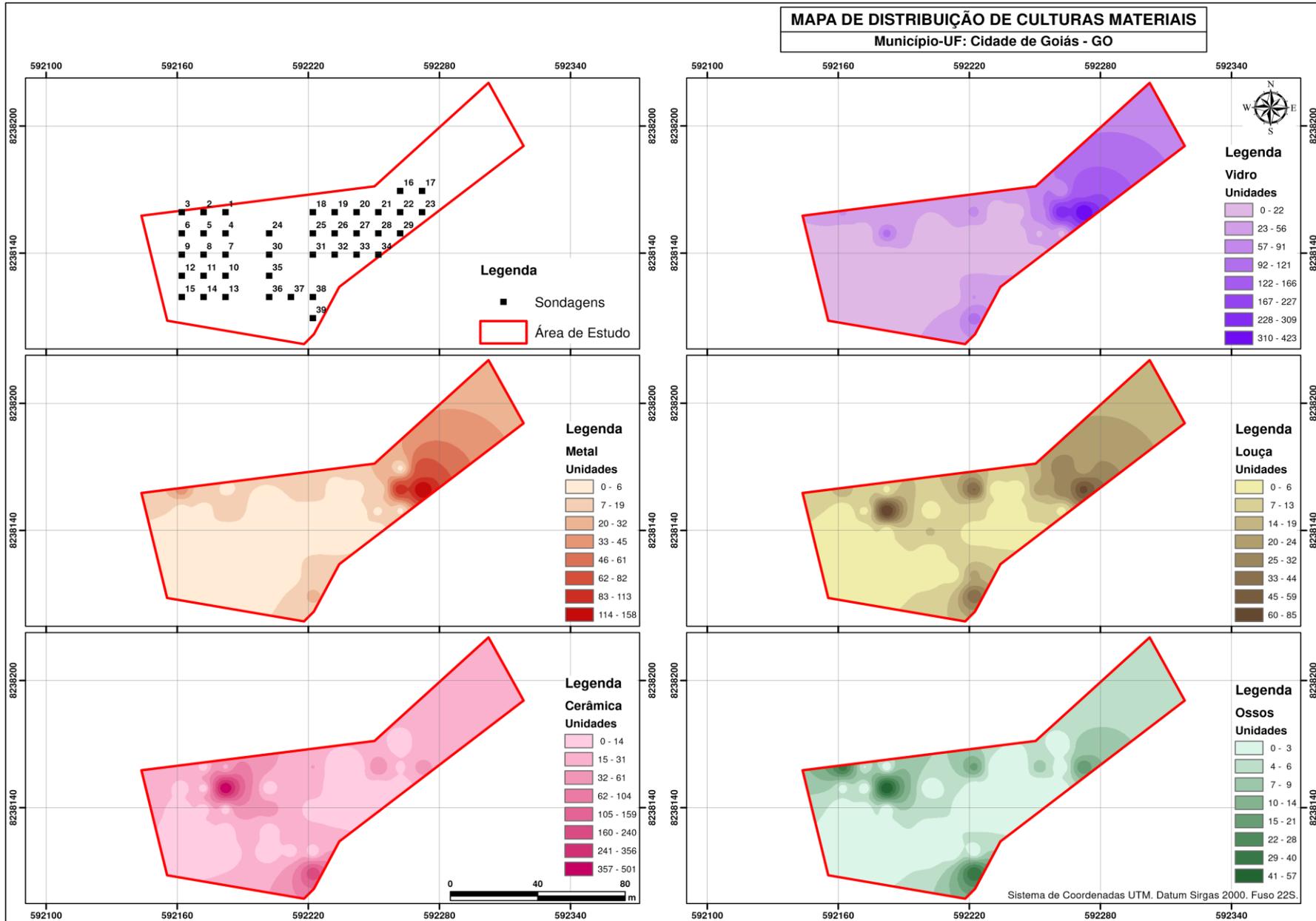


**Mapa 1.** Mapa de distribuição das sondagens sistemáticas. Fonte: Dantas & Nascimento, 2020. Autora: G. Silva, 2021.

**Tabela 1.** Quantificação dos tipos de materiais arqueológicos encontrados nas sondagens.  
 Autora: S. Guimarães, 2021. Fonte: Dantas & Nascimento, 2020.

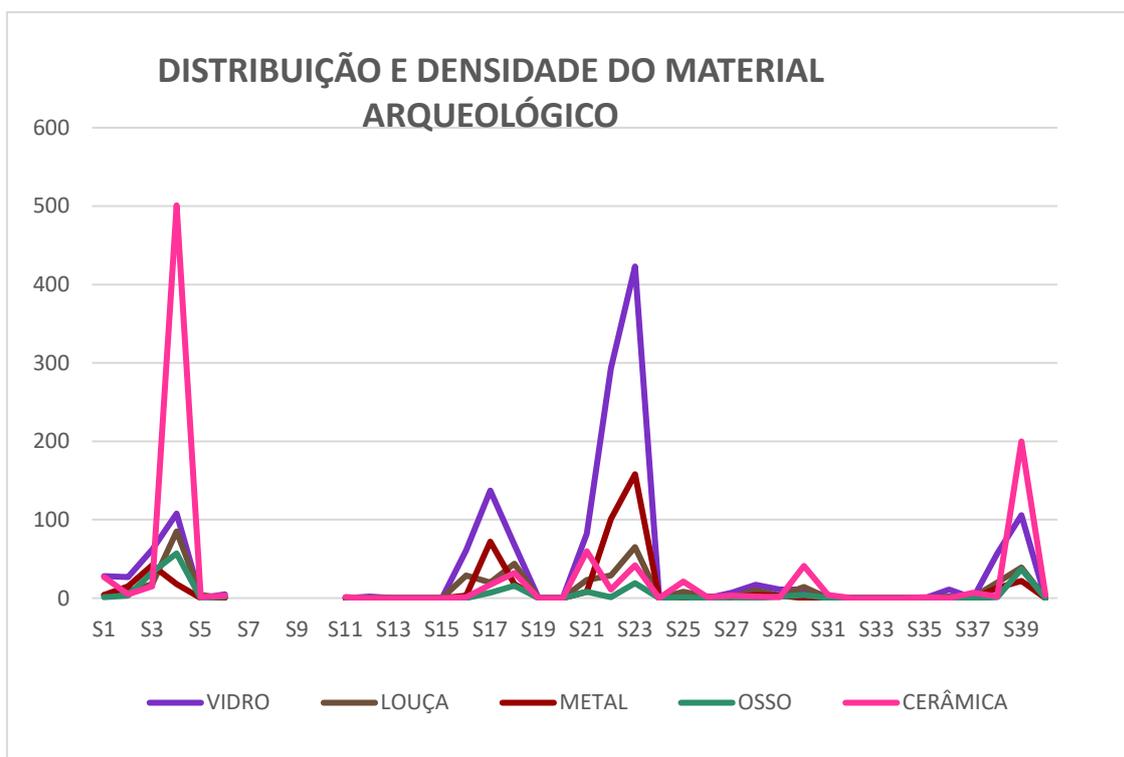
SONDAGEM	VIDRO	LOUÇA	METAL	OSSO	CERÂMICA	TOTAL
S1	28	4	4	1	27	64
S2	27	9	15	3	5	59
S3	62	18	42	33	15	170
S4	108	85	18	57	501	769
S5	-	4	-	-	1	5
S6	5	-	1	2	3	11
S7	-	-	-	-	-	-
S8	-	-	-	-	-	-
S9	-	-	-	-	-	-
S10	-	-	-	-	-	-
S11	-	-	-	1	1	2
S12	2	-	-	-	-	2
S13	-	-	-	-	-	-
S14	-	-	-	-	-	-
S15	-	-	-	-	-	-
S16	61	29	3	-	1	94
S17	137	20	72	7	17	253
S18	68	44	18	16	32	178
S19	-	-	-	-	-	-
S20	-	-	-	-	-	-
S21	82	23	8	8	60	181
S22	293	29	101	1	11	435
S23	423	65	158	19	42	707
S24	-	-	-	-	-	-
S25	5	8	-	1	21	35
S26	-	2	1	-	1	4
S27	7	1	1	1	3	13
S28	17	10	4	-	2	33
S29	11	3	3	2	1	20
S30	11	14	-	4	41	70
S31	2	-	-	-	4	6
S32	-	-	-	-	-	-
S33	-	-	-	-	-	-
S34	-	-	-	-	-	-
S35	-	-	-	-	1	1
S36	11	2	-	-	-	13
S37	-	1	-	-	7	8
S38	57	20	13	1	2	93
S39	106	39	22	37	200	404
<b>TOTAL</b>	<b>1500</b>	<b>417</b>	<b>469</b>	<b>191</b>	<b>994</b>	<b>3571</b>

Dando sequência a organizados dos dados da escavação arqueológica, buscou-se compreender a dispersão do material arqueológico por categoria em toda a área trabalhada, assim como a elaboração do mapa de distribuição que atendesse os objetivos deste estudo, quanto as relações da cultura material com as distintas ocupações, buscou-se na espacialidade e temporalidade do material arqueológico estabelecer estas correlações. Neste sentido, a leitura foi instrumentalizada por meio da elaboração de mapas de interpolação, que relaciona tipos de material e densidade (map. 2).



**Mapa 2.** Mapa de distribuição da Cultura Material - 6° BPM da Cidade de Goiás. Autora: G. Silva, 2021. Fonte: Dantas & Nascimento, 2020.

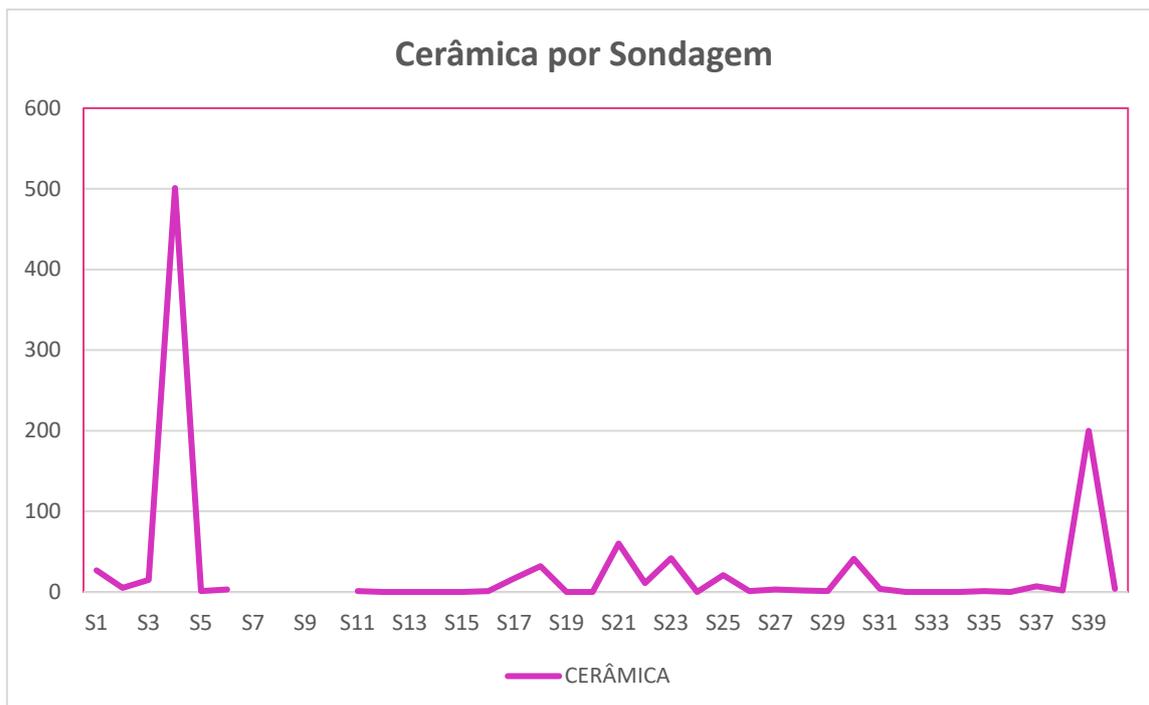
Associado aos mapas a leitura do gráfico (graf. 1) de dispersão/densidade permite visualizar as áreas de maior concentração de material por tipo (gráfico).



**Gráfico 1.** Gráfico de distribuição e densidade do material arqueológico. Autora: S. Guimarães, 2021. Fonte: Dantas & Nascimento, 2020.

Observa-se que nas sondagens entre S3 e S4, S21 e S23 e S39 existem concentrações significativas de material arqueológico que foram aqui interpretadas de formas distintas, uma vez que apresentam características específicas.

A partir dos mapas de calor, é possível verificar os locais de maior concentração do material por categoria, neste sentido, é importante observar dois dados relevantes: primeiramente que o material cerâmico está depositado em maior densidade em dois pontos específicos, ou seja, sondagem S4 e S39 (graf. 2). Observa-se ainda densidade inexpressiva desta categoria material nas demais áreas sistematicamente escavadas, se comparadas com as demais categorias de material.



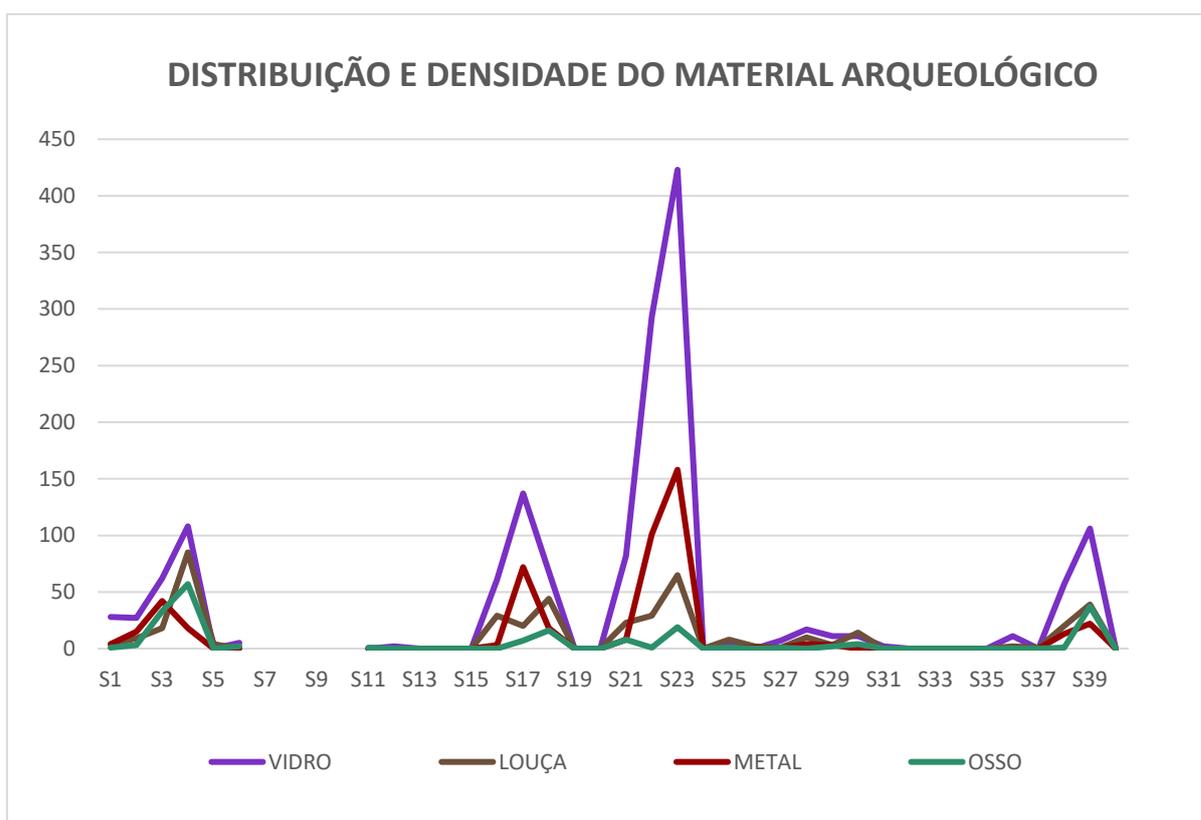
**Gráfico 2.** Gráfico de cerâmicas por sondagens. Autora: S. Guimarães, 2021. Fonte: Dantas & Nascimento, 2020.

Como pode ser observado, as demais categorias de material, além do cerâmico, tem dispersão distintas. Outro elemento que verificado foi que mais de 50% da cerâmica identificada nas sondagens sistemáticas em toda área do Quartel, está em uma unidade de escavação de 1x1 m (S4).

O metal, vidro, louça e ossos encontram-se em maior densidade (S.23), próximo à divisa com o córrego Manoel Gomes, onde foi construído a quadra de esportes utilizando, um aterro (fig. 25) em torno de 190 cm de profundidade conforme demonstrado a seguir (graf. 3).

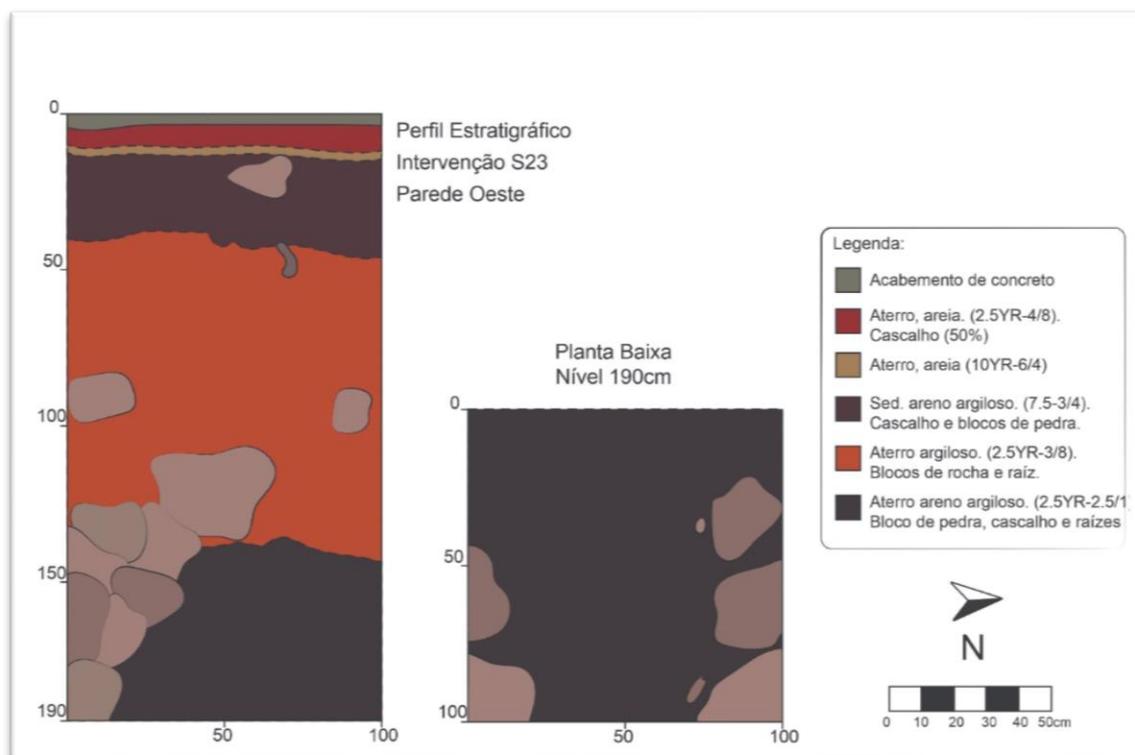


**Figura 25.** Local de aterro na área do quartel nas proximidades do Córrego Manoel Gomes. Foto: S. Guimarães, 2020.



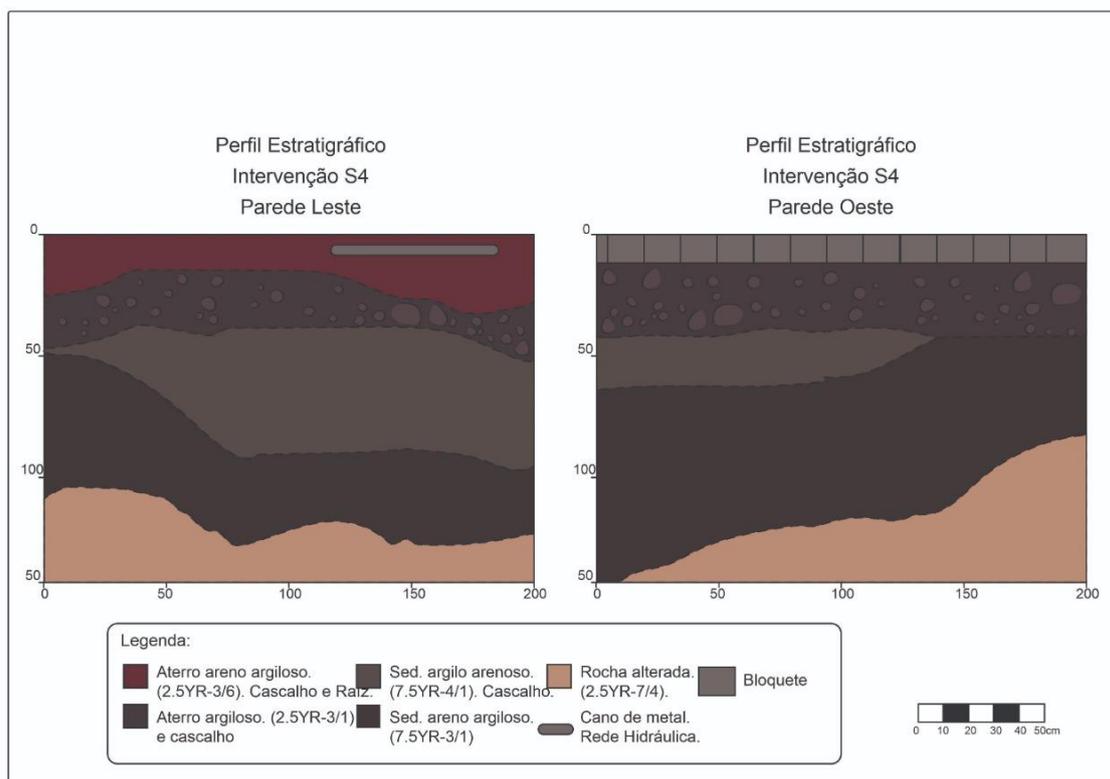
**Gráfico 3.** Gráfico de distribuição e densidade do material arqueológico. Autora: S. Guimarães, 2021. Fonte: Dantas & Nascimento, 2020.

Diante destes dados é possível inferir que a concentração de material na área da quadra, e com expressiva ocorrência na sondagem S23 é proveniente do processo de ampliação da área do quartel e que a presença de material contemporâneo (plástico) em maior profundidade corrobora com esta afirmação (fig. 26).

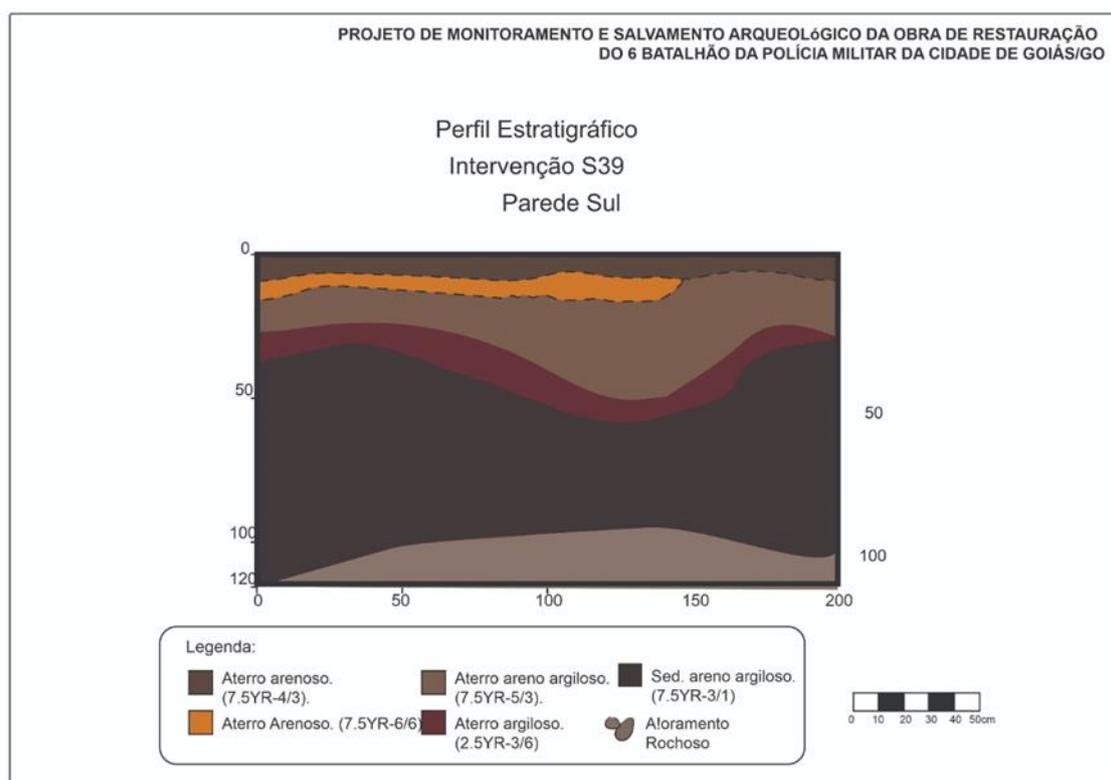


**Figura 26.** Croqui estratigráfico da sondagem S23. Fonte: DANTAS & NASCIMENTO, 2020. Autor: L. Renan, 2021.

Por outro lado, a área das sondagens S4 e S39, foram encontradas evidências de que se trata de camadas menos impactadas, e que podem ter sido formadas pelo próprio processo de ocupação da área, ou seja, não como vindas de outro local como no caso da área da quadra, mas que são aqui compreendidas como constituinte do processo de formação do sítio, como representados nos croquis estratigráficos (figs. 27 e 28).



**Figura 27.** Croqui estratigráfico da sondagem S04. Fonte: DANTAS & NASCIMENTO, 2020. Autor: L. Renan, 2021.



**Figura 28.** Croqui estratigráfico da sondagem S39. Fonte: DANTAS & NASCIMENTO, 2020. Autor: L. Renan, 2021.

Em termos gerais a partir da sistematização dos dados observados, percebe-se que há uma quantidade significativa de material arqueológico em profundidade, considerando que todas as sondagens sistemáticas (39), abaixo de 70cm, corresponde 65% de todos os materiais arqueológico das sondagens, e abaixo de 100cm, correspondem a 40% do material trabalhado, 3571 fragmentos.

Desta forma, verifica-se que a área que está ocupada pelo Quartel do 6º Batalhão de Polícia Militar de Goiás, esteve intensamente ocupada antes da implantação do prédio do quartel. Embora se tenha uma vasta documentação histórica e cartográfica é a primeira vez que estudos arqueológicos estão sendo realizados nesta localidade, já sendo possível trabalhar com os dados disponíveis.

O primeiro ponto a ser levantado é que após a sistematização dos dados, em gráficos e tabelas, considerando as categorias dos materiais arqueológicos, a espacialidade, identificou-se alguns pontos importantes ainda não abordados pela documentação escrita.

Neste sentido, analisando novamente das fontes históricas, bibliográficas, arquivos públicos disponibilizados na internet que contém cartografia de distintos momentos de ocupação da antiga Vila Boa e principalmente a contextualização com a paisagem em seu entorno, foi percebido que em algumas representações gráficas, alguns elementos podem ser interpretados como sendo de outros momentos de ocupação. O que foi percebido é que os espaços de tempo pesquisados ou registrados na cartografia histórica têm intervalos amplos para serem analisados e confrontados, somando a isso, a imprecisão das fontes, as distintas representações cartográficas de um mesmo lugar, e a mudança de topônimos (ruas, arraiais, estradas, etc.) de um modo geral, requer atenção redobrada.

Dado a isso, o número expressivo de cerâmica em pontos específicos e em profundidade, e a presença de faiança portuguesa em um local de atividades militares, e educacionais, levou ao primeiro momento estabelecer uma ligação com a antiga fazenda adquirida para a construção do Quartel, como tem sido abordado em várias fontes consultadas.

Porém, há uma menção na obra de Coelho (2013), que a área foi primeiramente cogitada para atender ao Mercado Municipal, mas que o mesmo passou a ocupar o local que hoje se encontra, apesar de ter sido cogitado para ir para junto do açougue da época.

Entretanto, o próprio autor deixa no ar algumas informações sobre esta possível ocupação, fazendo uma leitura do mapa de 1867.

Apesar de ser o Mercado Municipal um assunto constante em praticamente todos os relatórios de governo, nessa segunda metade do século XIX, quando todos os presidentes da província estiveram preocupados com a localização e mesmo com a compra de terrenos e elaboração de projetos -apesar de nenhum haver sido encontrado até agora - é possível perceber a localização do mercado no local onde ainda hoje ele se encontra. Em 1859, Francisco Januário da Gama Cerqueira anunciava a aquisição de uma chácara para instalação do mercado. Essa chácara foi, **posteriormente**, cedida aos militares e atualmente é o local onde se encontra o Quartel da Polícia Militar[...] o imóvel adquirido para instalação do Mercado Municipal e cedido aos militares já aparece nesse mapa com indicação de que estaria sendo utilizado pelo Quartel do Esquadrão de Cavalaria (COELHO, 2013, p. 95-96, grifo nosso).

Coelho não confirma a ocupação do mercado, com base nos dados do mapa, porém, ao citar Teles (1997) com detalhes da transação da chácara, que seria parte de uma fazenda, não deixando claro qual ocupação teria sido nesse intervalo de dois anos:

Situada à Rua Manoel Gomes teria sido adquirida em 1859, **e após reformas necessárias, passar a servir como mercado**. Em 1861, Alencastre sugeria que o mercado fosse instalado junto ao açougue, na margem direita do Rio Vermelho, próximo ao Hospital de Caridade, passando a chácara a ser utilizada pelo corpo de cavalaria (TELES, 1997 *apud* COELHO, 2013., p.152. Grifo nosso).

A reforma mencionada deixa entender que poderia ser uma adaptação de uma edificação já existente, comportamento muito presente nas edificações oficiais em Vila Boa, como já mencionado.

Revisando os mapas utilizados em grande parte dos trabalhos, buscou-se uma melhor resolução, e com isso a legenda que até então era ilegível, foi acessada e com descrição de detalhes do mapa disponibilizado pelo Goyaz-Guia de Cartografia Histórica (2018), possibilitando perceber que havia um

conjunto de edificações não representado em outros mapas, e em uma data bem anterior a ocupação da Caza de Educando, que antecede a do Quartel.

Na informação do mapa de 1782 (fig. 29 e 30) consta que as linhas em preto representam as estradas, perdendo que esta informação poderiam ser as linhas (estrada) que passavam nas mediações do atual Quartel. Uma delas seria atrás do córrego Manoel Gomes, que já tinha sido identificada no decorrer deste estudo, conforme registro fotográfico (fig. 20), e outra estrada, com o seu traçado bem descrito com as contribuições de Moura (2018, p.296) em relação as observações da antiga Vila Boa de Goiás em 1772, que possibilita fazer uma correlação “da dinâmica dos usos das edificações” analisadas nas vias públicas da vila, seu entorno, e a área de estudo.

Moura (2018) em sua obra faz um recorte de tempo para estudo de 1818, justificando que a imprecisão das fontes pode ser minimizada com seu estudo de campo na Cidade de Goiás, e ainda ter embasamentos na Décima Urbana de Vila Boa de Goiás nesse ano, fazendo uma releitura da cartografia histórica, e contando ainda com a confrontação das fontes com os relatos dos viajantes;

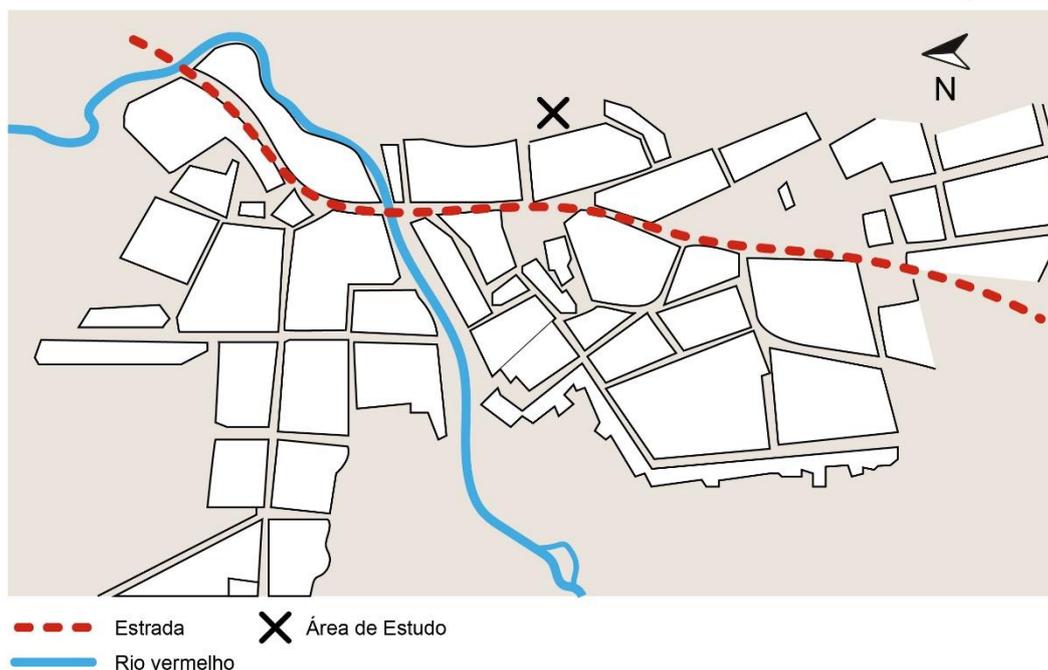
[...]identificamos que a continuação da Rua Cambaúba dava para estrada que seguia para Minas Gerais- ou seja, rota que chegavam as tropas carregadas de mercadorias de Meia Ponte. (MOURA, 2018, p. 283).

[...] a estrada onde estavam situados a chácara, o Hospício dos Esmoleres e a Estalagem seguia para o arraial do Ouro Fino e ganhava o mundo articulando Meia Ponte às capitanias Pernambuco- Bahia, São Paulo e Minas gerais- Rio de Janeiro). De acordo com a legenda da Prospectiva de Villa Boa de Goyas, essa era a “Estrada Principal!” (MOURA, 2018, p. 292).

[...]segundo o caminho inverso, agora em direção de quem está chegando, atravessando o Rio Vermelho pela Ponte da Cambaúba e adentrando a vila pela rua de mesmo nome junto com as tropas que vinham carregadas de mercadorias, os deparamos com o Largo do Rosario [...] a estrada que vinha da Cambaúba- Largo do Rozario- Rua do Rozario- Ponte da Lapa- Rua Direita até chegar ao Largo da Igreja Matriz, verificamos uma **forte tendencia à atividade comercial** ao longo dessa artéria, a principal da vila.Essa hipótese é reforçada ao verificarmos que o nome da Rua Direita em 1751 era “ **Rua Direita do Negócio**”, conforme inscrição de número 11 do Prospecto de Villa Boa tomada a partir da parte Sul para o Norte do anno de 1751 (MOURA, 2018, p. 293-295. grifo nosso).

As considerações de Moura (2018), juntamente com a leitura do mapa de 1782, possibilitou embasar novas possibilidades de leitura para interligar o contexto que compõe a área de estudo com seu entorno na perspectiva da cidade, como trazida por Staski (1982, *apud* Tocchetto & Thiesen, 2007, p. 178). Com as informações dadas por Moura (2018), sobre a estrada que passa no perímetro urbano de Vila Boa, foi elaborado a representação da interpretação no seguinte mapa (map. 3).

### TRECHO DA ESTRADA NO PERÍMETRO URBANO DE VILA BOA, 1818



**Mapa 3.** Interpretação do trecho da estrada no perímetro urbano de Vila Boa a partir das descrições de Moura (2018). Fonte: MOURA (2018). Autores: L. Renan e S. Guimaraes (2021).

Com essa posição estratégica da entrada da cidade, uma possível ocupação da referida área foi pensada neste estudo como uma tentativa de instalação do Mercado com barracas de comércio, mesmo que uma ocupação temporária de atividades mistas, como moradia, comércio de ambulantes, e até mesmo um ponto de apoio, acampamento, ou pouso para atender os viajantes da estrada, permitindo inferir que parte dos materiais encontrados, principalmente na sondagem S4, posicionada na frente da edificação, pode coincidir com o local representado. Lembrando que em todas as fontes consultadas não se menciona que haveria uma edificação da fazenda ali,

levando a pensar que o material arqueológico poderia ter sido depositado nesta área por descarte, já que é possível identificar mais de uma camada formada no local.

Entretanto, foi observado no Planta de Vila Boa de 1782 (fig.29), que já existia edificações na área de estudo, momento em que o Quartel ainda não está representado, uma cobertura em tonalidade mais clara que as destacadas, ou coberturas temporárias, mas que não está registrada na legenda<sup>5</sup> nem mesmo como sede da fazenda, ou outra categoria, como: feira, pouso, venda, local de escambo, taberna, etc. Sobre a formação de Vila Boa, os primeiros momentos de ocupações eram ranchos de palha, devido ao nomadismo característico dos exploradores das minas, visto que a extração do ouro não fixava o homem aos arraiais: “ não existe aqui, como em Minas Gerais uma preocupação com fixação mais estável”, completando que “talvez em decorrência da rapidez com que o ouro se esgotava, a mobilidade da população se torna mais intensa” (COELHO, 1997, p. 79).

No mapa, os retângulos em coloração vermelha, que representam as edificações, tiveram um tratamento diferenciado dentre as demais de coloração mais clara, dentre elas a da área de estudo, ressaltada no quadrado em vermelho que se assemelham as outras indicadas pelas setas em vermelho (fig. 29) arriscando inferir que a devida fonte considerou uma importância em ressaltar estes dados para a época, em detrimento as outras, como por exemplo, possíveis comércios ou acampamentos. Pode-se considerar também que até mesmo o olhar de quem documentou Vila Boa e seu traçado urbano, e ainda a

---

<sup>5</sup> Trechos da legenda do mapa: Código de Posturas Urbanas: “esse foi o primeiro documento iconográfico da capital goiana elaborado com a pretensão de dar uma ordem urbana ou um planejamento ao crescimento –da história de Goiás [...] Apresenta uma extensa legenda que indica, por meio de números e letras: chácaras, edifícios públicos, igrejas, hospício, câmara, palácio da residência do governo, cadeia, ruas, travessas, becos, etc [...] actualmente 554 moradas de cazas, abitadas por 3000 pessoas entrando o n.o da sua Goarnição, e q.l é 4 Comp.as do 1º Regim.to de Cavalaria Auxiliar, hua de Dragoens pagos[...] A – Igreja Matris;C – Igreja de N.Snr.a da Lapa pertecente a Irmand.e dos Mercadores;N – Quarteis da tropa da sua guarnição, Armazens Reaes,; Q – Açougue público e cazas para depozito dos mantimentos;7 – R. dos Mercad.es;9 – R. do Rosário [...] [círculo na cor preta] – Estrada que segue para Piloéns;[losango delineado em preto] – Estrada do Ouro Fino. triângulo delineado em preto] – Estrada que vay para o Arrayal da Anta. [flecha apontando para baixo delineada em preto] – Rio Vermelho. Fonte: <<http://www.arpdf.df.gov.br/planta-de-vila-boa-capital/>>. Acesso em: 30 mai. 2021.

disposição das edificações de relevância política para fins de demonstrar a Coroa a sua configuração (fig. 29), sendo que estudos apontam que a rusticidade das habitações predominara por um bom tempo em Vila Boa, pelo menos enquanto a exploração do ouro era atrativa.



A sobreposição das imagens, da área ampliada do mapa de Vila Boa de 1782 com área delimitada do Quartel de Polícia (em roxo), onde foram realizadas as sondagens sistemáticas, foi possível perceber, mesmo com as margens de erros das proporções dos antigos mapas, que a concentração de material arqueológico cerâmico, observado em níveis de maior profundidade, posicionou na frente da possível edificação revelada com a ampliação cartografia histórica analisada (fig. 31).



**Figura 31.** Planta de Vila Boa Capital da Capitania Geral - 1782, com recorte e sobreposição da área do Quartel de Polícia. Fonte: Goyaz - Guia de Cartografia Histórica. Disponível em: <<http://www.arpdf.df.gov.br/planta-de-vila-boa-capital/>>. Acesso em: 07 jun. 2021. Coloração em roxo representa a área de estudo. Modificado pela autora.

Diante de várias informações, outros questionamentos foram surgindo por conta da imprecisão das fontes, portanto, foram levantadas outras questões:

A área do atual quartel era de uma fazenda, ou de chácaras que teriam sido fragmentadas pelos herdeiros da fazenda? Quem foram os donos? Herdeiros do Cel. João Nunes da Silva, (IPHAN, 2019) ou de Dona Belisária Alves Ribeiro Nunes (Coelho, 2013, p.152). Se foram muitos herdeiros, há a possibilidade de esses terem optados por usos distintos, com variadas edificações na área. Quantas gerações se passaram até chegar na venda da área para servir aos militares? já que a fazenda configura no mapa de 1803, e em com outras representações de ocupações no mapa de 1782 (fig. 29), e antes mesmo, como demonstra Oliveira (2014) com pelo menos três ocupações distintas nas proximidades desde 1750 (figs. 6 e 7), momento em que a vila já tentava uma configuração urbana. É importante retomar que aquisição da área para servir ao mercado e depois aos militares foi em 1859, quase meio século entre as datas.

Outra questão em relação as estradas: os dados dos traçados das estradas nas proximidades da antiga Vila Boa não foram ainda sistematizados, conforme já apontou Vieira Jr & Barbo (2011), o que foi possível perceber nas fontes acessadas.

Observou-se que o traçado da estrada (fig. 17), trazido por estes autores, é que a mesma passa pelo Rio Vermelho, entra na vila sem passar pelo Largo do Rosário e nem no Largo da Matriz, seguindo em direção à Barra, tratando-se de outro trecho do descrito por Moura (2018, p. 295) e adaptado neste trabalho (map. 03), A estrada descrita por Moura (2018), passava dentro de todo o centro da vila. Difere ainda da descrição trazida no mapa de 1782 (fig. 29 e 30), que relata que as linhas em preto, sem apontar exatamente o local, seriam duas estradas e como pode ser percebido que alguns pontos das linhas em preto estão posicionados nas mediações do futuro Quartel, e que os trechos das referidas estradas passam tanto atrás como na parte da frente da área de estudo, como também abaixo de um dos retângulos rosa observados. Retomando aqui que os retângulos em rosa, e outros em marrom foram inferidos este estudo como uma possibilidade de ocupações distintas, comerciais, mistas e quem sabe um posto de fiscalização (dados imprecisos, mas nem por isso irrelevantes).

Vale lembrar que o traçado da estrada descrita no mapa de 1782, está posicionada praticamente sobre a área de estudo, momento que esta não

configura como lote, e que o trecho da estrada que passa dentro da cidade, passa em cima da futura quadra da frente, entre a Rua Manoel Gomes e rua Direita, paralelamente a ambas.

Esta informação juntamente com as contribuições de Oliveira (2014) (fig. 6), nos leva a crer a estrada que existiam atalhos, desvios, ou trieiros ou mesmo deslocamento da mesma estrada descrita por Moura (2018) para servir a ordenação urbana, visto que o trecho é paralelo a rua Direita. Coelho (1997, p. 99) coloca que a conformação urbana de Vila Boa foi em função da estrada, e que a sua importância é vital para vila, e que:

fica clara a origem do traçado de nossas cidades, não só no que se refere à estruturação dos espaços, mas também no que concerne à organização e à hierarquização das vias, nas quais fica patente a existência de ruas principais, secundárias, vielas e becos, sendo esses últimos empregados no traçado como elementos de ligação transversal entre as primeiras. Segundo o esquema tradicional de hierarquização das vias, em um plano geral de organização do espaço urbano, vamos encontrar a rua principal do núcleo, que geralmente faz a ligação entre dois pontos fundamentais da cidade, como os pátios das igrejas mais importantes, a cadeia ou o palácio, além de centralizar o comércio e tentar aproximar as demais atividades de caráter público (COELHO, 1997, p.103).

A Rua Direita dos Negócios foi descrita por Coelho (2013, p. 60), como sendo a intersecção da Rua dos Mercadores com a Rua Direita, o “principal trecho de porção urbana da estrada que ligava na época São Paulo a Cuiabá”, e nela havia vários tipos de atividades comerciais:

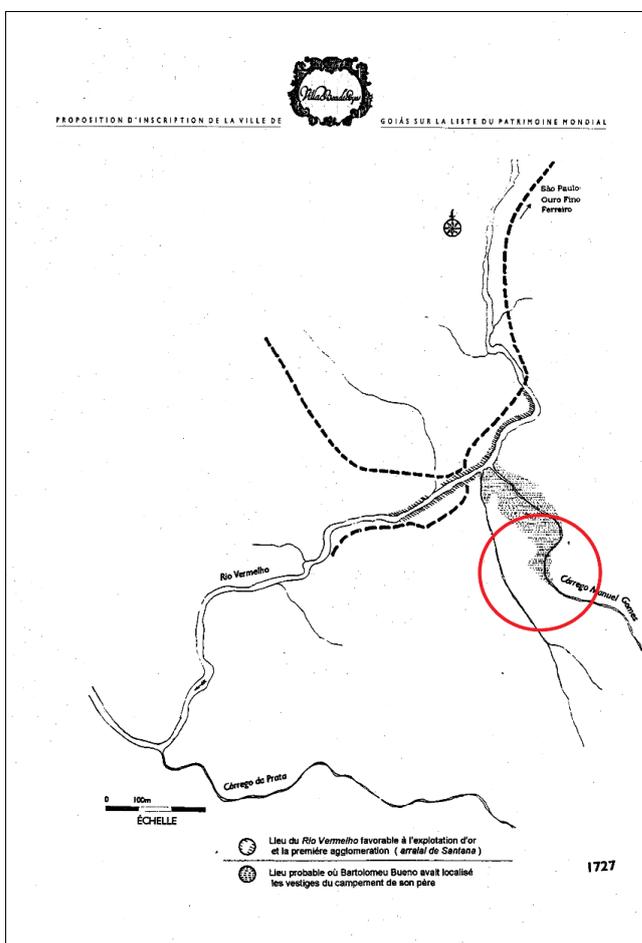
no século XVIII, estabelecessem-se as maiores lojas de fazenda seca da Capitania, com seus estoques de ferramentas para mineração, armas, munições, louças, pratarias, imagens e toda sorte de quinquilharias. Havia também armazéns de molhados e efeitos do reino, com seus tecidos, água de cheiro, papel, tintas, bacalhau, velas, etc. Devia estar por ali também o mercado de escravos, talvez como retratado por Debret, abrigado do sol, numa sala ou varanda oblonga (BERTRAN, 1997b apud COELHO, P.60).

No entanto, diante de todas as fontes consultadas, haviam traços, rabiscos, ranhuras não especificadas, ou legendadas, semelhantes a representações de rios e córregos, mas estes foram nomeados em grande parte das fontes acessadas.

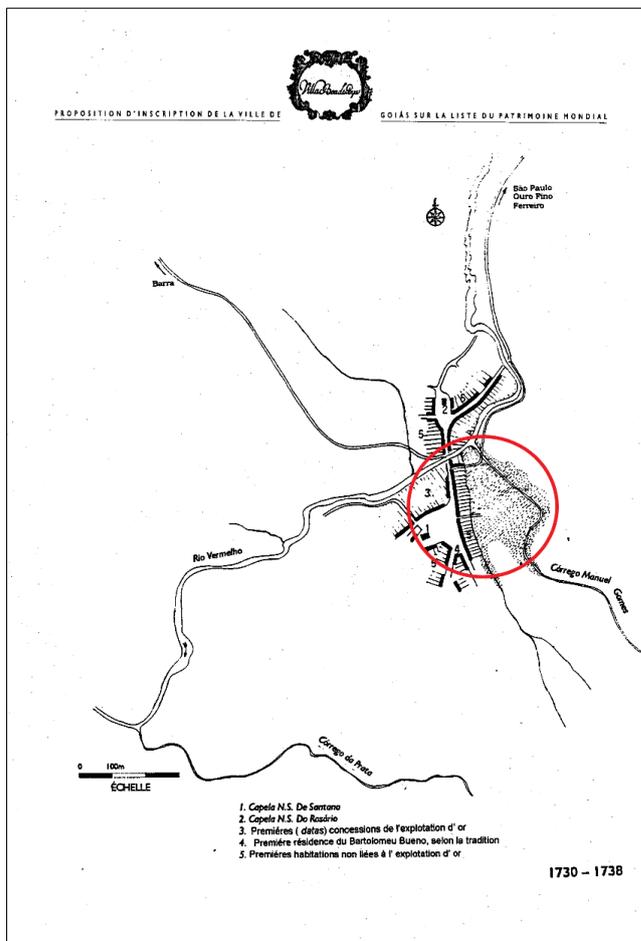
Portanto, foi somente com as informações, mesmo que muito escondidas no Dossiê de candidatura da Cidade de Goiás enviado à UNESCO (2001), escrito em francês, e em tamanho minúsculo, é que se percebeu que nas

legendas dos mapas presentes no documento no Anexo II, item C, (sem autoria e data) que há informações de muita importância para compor a confrontação de fontes e bibliografias a respeito, e que possibilitasse inferir, questionar e interpretar a área de estudo. As buscas das fontes foram guiadas em contextos históricos que poderiam trazer contribuições, não só da evolução urbana de Vila Boa e das possíveis correlações com a área de estudo, mas principalmente que permitisse entender o uso do local onde se encontra o atual Quartel, e que viabilizasse uma leitura interpretativa e correlacionada com o material arqueológico encontrado nas escavações.

As legendas dos mapas que se encontram após a temática: *L'Évolution urbaine de la Villa de Goiás: a origen de la villa de Goiás* descreve que a área com ranhuras posicionadas bem em cima da área de estudo, e que estas poderiam conter evidências de uma ocupação entre aos anos de “1682 et 1684”, período em que a historiografia coloca como sendo a que Bartolomeu Bueno teria descoberto as primeiras minas de Goiás, assim segue (fig. 32 e 33) as informações e suas traduções (UNESCO, 2001, p.31.1).



**Figura 32.** Dados da ocupação do Arraial de Santana no ano de 1727, em destaque o local da possível ocupação do bandeirante nas proximidades da área de estudo (círculo vermelho). Fonte: *Historic Centre of the Town of Goiás*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/uploads/nominations/993.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021. Delimitações em vermelho destacando a área de estudo. Modificado pela autora.



**Figura 33.** Dados da ocupação do Arraial de Santana no ano de 1730 - 1738, em destaque o local das primeiras habitações e trechos da estrada principal (círculo vermelho). Fonte: *Historic Centre of the Town of Goiás*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/uploads/nominations/993.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021. Delimitações em vermelho destacando a área de estudo. Modificado pela autora.

Na legenda do mapa de 1727, onde se lê: “*Lieu probable où Bartolomeu Bueno avait localise les vestiges du campament de son père*”, temos: “Local provável onde Bartolomeu Bueno localizou os vestígios do acampamento de seu pai”. Já na legenda do mapa de 1730-1738 é indicado: “5. *primières habitations non liées à 1' exploration d'or*”: “Primeiras habitações não ligadas à exploração do ouro, dentre outras ocupações” (UNESCO, 2001).

Em outras representações, a área já tinha sido apontada como roças de alimento (fig. 17), e Coelho (1997, p. 98) relata que em 1736 foram distribuídas terras urbanas para construção de residências como também “terras para aforamento no entorno do núcleo, o que veio gerar o aparecimento de grande número de chácaras em anos posteriores”, lembrando aqui que a aquisição da área para atividades militares foi referida ora como fazenda, ora como chácara anos após. Em muitas dessas chácaras foram tomadas medidas de reintegração de posse, para viabilizar as novas orientações da vila em crescimento, segundo o autor, e trazida por Moura (2018), como sendo uma área loteada com

identificações de algumas edificações que antecedem a 1818, recorde temporal de seu estudo.

Quanto a outros possíveis trechos de estrada sem identificação que aparecem em alguns mapas, não foi possível acessar nenhuma informação a respeito que remetem ao trecho com calçamento de pedra identificado no decorrer deste estudo. Sendo assim, levanta-se outro questionamento, se o mesmo teria servido como acesso a demais trechos das estradas que passam ora dentro da vila, ou no seu entorno para evitar alguns transtornos sazonais.

Como bem descrito por Coelho (1997, p. 92), que “sendo o trabalho de mineração em Goiás desenvolvido de forma rudimentar”, não tinha como evitar os verdadeiros lamaçais, e complementa com base em Bertran (1997):

Com o intuito de fugir da quantidade de insetos nocivos que aí passavam, a ser, desenvolver, esses primeiros ranchos eram construídos a uma certa distância da água e, não o suficiente para descaracterizar a propriedade. Localizavam-se, portanto, no extremo oposto do terreno em relação ao local de exploração, e foi dessa forma que surgiram as primeiras ruas conformadoras do núcleo urbano tendo, em um primeiro momento, a função de favorecer o acesso individual às datas. Seguindo ainda a forma tradicional mineradora, em um local mais alto e plano, com a mesma rusticidade das habitações (COELHO, 1997, p. 92)

Tanto os questionamentos levantados, quanto as somas de informações que por vezes se divergem, ou se complementam foram muito importantes no estudo, pois podem interferir na leitura da dinâmica dos usos do espaço, tanto da área de estudo, quanto de seu entorno. Os questionamentos levantados além de incentivar a buscas de outras fontes para serem confrontadas para acessar novas possibilidades de interpretação, deixam um caminho de possibilita para direcionar futuras pesquisas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi ancorada nos aportes teóricos que pautam nos estudos na perspectiva da Arqueologia Urbana, como Oliveira (2005) e Tocchetto & Thiessen (2007).

A leitura área do atual Quartel do 6 Batalhão de Polícia Militar de Goiás ocorreu a partir da teorização de campo interdisciplinar com as áreas afins já mencionadas. Dentre as prerrogativas lançadas para o embasamento da pesquisa, a investigação sobre as fontes documentais oficiais, pesquisas sobre o tema aqui proposto, pictografias, cartografias históricas, relatos de viajantes, códigos de postura urbana e literatura regional, contribuíram para a interpretação do objeto de estudo aqui tratado.

Portanto, retomando as contribuições de Oliveira (2005, p. 5), em que o autor avalia o potencial arqueológico pela “probabilidade de existência de vestígios de culturas que remetam a ocupações pretéritas”, buscou-se neste estudo acessar o maior número de fontes de informações históricas possíveis sobre o contexto estudado, possibilitando uma correlação mais rica sobre os locais de maior potencial arqueológico. Neste sentido, diante dos dados levantados e observando a distribuição das edificações do Quartel: os diversos blocos, os pátios externos, jardins e áreas de convivência, constatou que a cultura material identificada na área de estudo configura os usos do espaço correlacionado com seu processo de ocupação.

As categorias dos materiais arqueológicos encontrados em parte do pátio externo, possibilita pensar que havia uma intensa atividade comercial, dado ao volume de material em profundidade, tais como, como: vidros, louças e metal. A quantidade de fragmentos arqueológicos encontrado é bem elevada.

Na perspectiva da arqueológica urbana, devemos estar sempre atentos a dinâmica da cidade, e com isso a revisão das fontes, o olhar atento ao que elas nos informam. Sendo assim, o modo de ver, e o que se pode ver nas entrelinhas, possibilita uma releitura da historiografia, e até mesmo que ela possa ser reescrita.

O que foi edificado em tempos passados, podem não constar nos documentos oficiais, pois a significância de alguns elementos que hoje compõem os sítios arqueológicos urbanos, pode ter sido algo que não foram considerados para quem os registravam.

Depois de verificar a documentação do processo de restauro do referido quartel, e demais fontes documentais que registraram o processo de ocupação da antiga Vila Boa, e levantar hipóteses sobre a dinâmica do uso da área em que o mesmo está inserido, dados novos surgiram.

Observando com análise criteriosa os mapas da época da antiga fazenda (figs. 12 e 29), e prospectos das ocupações quanto a temporalidade que constam no Dossiê da Unesco (figs. 32 e 33), dos processos de ocupação trazidos por Moura (2018) e ainda os momentos de ocupação por Oliveira (2014) (figs. 6 e 7), percebeu-se que desde 1730 há evidências e representações de edificações no lugar, e próximo a ele, permitindo afirmar que existe uma nova possibilidade de leitura do modo de ocupação da área, e que os insignificantes retângulos na cor rosa sem legenda (fig. 29) parecem ter uma nova interpretação. Os mesmos podem estar relacionados a outro tipo de atividade que não são nem do Quartel, nem da Caza de Educandos, e tão pouco de uma sede da fazenda.

Cabe aqui remeter as considerações de Tocchetto & Thissen (2007), sobre o modo como o arqueólogo faz a analogia da cidade com as camadas estratigráficas. Ambas em construção, podem ser lidas e interpretadas de acordo com a deposição, já para os cidadãos, a cidade é lida mediante as marcas deixadas. Com isso, podemos considerar tanto as mudanças na paisagem, quanto o processo de ocupação urbana do Quartel e todo seu entorno, em uma interligação indissociável.

Diante disso, uma nova leitura surge com a possível de atividades mistas possa ser relacionada com atividades comercial ou de residências, mesmo que temporárias na presente área do atual Quartel antes mesmo de sua instalação. Uma possível ligação com o trecho de uma estrada mencionada na descrição do mapa, contribui para tal afirmação.

E no que se refere ao material arqueológico identificado nas sondagens, pode estar associado não somente aos usos e modo de vida das distintas ocupações da área, já conhecidas e mencionadas, mas a uma suposta atividade comercial, se considerarmos a semelhança das coberturas de edificações representadas na área do atual Quartel, no mapa de 1782, com as representadas em outras áreas nas proximidades dos trechos da estrada principal (perímetro urbano), como também na que situa atualmente o Mercado Municipal (fig. 29). Entretanto, como observado por Coelho (2013), as cartográficas urbanas da época, elaboradas a pedido dos governantes, representavam tanto os edifícios já construídos, como também os projetados, mesmo que os mesmos não tenham sido concluídos.

Assim como relatou Barbo (2009), não há uma base de dados sobre os mapas históricos, o que nos dificulta interpretar um passado ainda próximo, mas que as fontes estão dispersas, impossibilitando afirmar quais são realmente os trechos das estradas coloniais, as edificações históricas, e conseqüentemente os usos das distintas ocupações do Quartel de Polícia:

Os mapas históricos, por si só, desafiam os usuários a entender os princípios geográficos da cartografia, principalmente a escala. Conforme registrado nos relatos dos cronistas, cartógrafos faziam mapas tradicionalmente juntando informações de mapas publicados ou pesquisas de campo. Os mapas produzidos eram, muitas vezes, atos de interpretação. Para promover a reabilitação das Estradas Coloniais se faz necessário construir uma base de dados com a cartografia histórica que reúna o maior número possível de referências sobre a região do Planalto Central, nos séculos XVIII e XIX e, por meio de vários cruzamentos de dados possíveis, produzir um instrumento de pesquisa que forneça um acesso organizado e amplo a pesquisadores que se interessem por esse tema. O Planalto Central, nos limites do atual território do DF, possui um rico material sobre viajantes com infinitas possibilidades de pesquisa, ao mesmo tempo, não se tem notícia de uma base de dados especializada em cartografia histórica e viajantes dessa região (BARBO, 2009, p.41).

A confrontação das fontes históricas com a cultura material proveniente das escavações Arqueológicas (dados do projeto) como as sondagens sistemáticas em toda área do quartel, foi trilhada com muitas dificuldades diante da ausência de estudo anteriores nesta perspectiva da Arqueologia Urbana no local, mas não impossibilitou inferir outras vertentes interpretativas sobre as distintas leituras dos modos de uso, tanto espacial, quanto referente a

temporalidade, pois foi constatado que a área estava relacionada a contexto intensamente ocupados ao longo dos séculos que antecedem as já documentadas referente ao Quartel de Polícia.

Isso foi possível com a organização dos dados dos materiais arqueológicos por tipos e suas dispersões, demonstrando que houve uma intensa ocorrência de material cerâmico principalmente em duas localizações específicas (S4 e S39), e que as demais distribuições não representaram concentrações significativas na suposta ocupação anterior ao quartel, em níveis mais profundos.

Já a unidade S23 que possui também alta concentração de material, está localizada em local que sofreu impactos de remoção de solo e ou construção de aterros. Sendo assim, os dados com relação ao material arqueológico não correspondem a uma deposição natural, pois pode aqui ser compreendido como depósitos tecnogênicos<sup>6</sup>.

Portanto, após várias pesquisas nas fontes bibliográficas e documentais, muitas interrogações estão ainda sem respostas, mas não impossibilitadas de serem desvendadas com novas articulações das fontes disponíveis nos cartórios de registros de imóveis, inventários, relatos dos moradores, no Museu da Polícia Militar, e na cartografia da Cidade de Goiás.

Teria a área de estudo sido ocupadas pelos primeiros bandeirantes que ali passaram? O que compunham suas bagagens? Quanto tempo ficaram?

O tipo de estrutura de ranchos da época, o nomadismo próprio de exploradores e as características da área para atender as necessidades de acampamento longe das minas, mas perto de água sem contaminação, corroboram para as inferências levantadas, não descartando as possibilidades

---

<sup>6</sup> Rubin *et al.* (2008, p. 4) classificaram depósitos tecnogênicos, com base em OLIVEIRA (1994), como sendo: “todos aqueles originados da ação humana” e ainda OLIVEIRA (op.cit.) propõe “que os depósitos tecnogênicos sejam classificados em três tipos principais: os construídos (aterros, corpos de rejeito etc.), os induzidos (depósitos aluvionares resultantes do uso inadequado do solo, por exemplo) e os modificados (depósitos ou solos naturais alterados por substâncias como adubos)”.

de ocupações que remetam aos setecentos. Esses tipos de estruturas deixam poucas evidências no contexto arqueológico, porém as análises cultura material acessadas pelas escavações arqueológicas podem minimizar os questionamentos levantados.

Sendo assim, as representações visualizadas nas fontes consultadas, podem ser lidas como possibilidades de ocupações do lugar que teriam se dado anteriormente ao período efêmero da mineração, com a entrada das bandeirantes no séc. XVII na área de estudo, e que contribuíram pela ocorrência expressiva de determinados tipos de material arqueológico nos níveis identificados, em detrimento ao período que marca a implantação do quartel, a partir da compra do terreno em 1859, e instalado em 1902. . Fato que terá mais embasamento com a continuidade dos estudos, principalmente após a classificação e análise criteriosa do material arqueológico. Ressaltando que há a possibilidade de identificar ainda material arqueológico que remete à grupos indígenas da região, tanto anterior a ocupação branca, como também de contato com os novos ocupantes, assim como a identificação de influência africana na produção da cultura material, devido a expressiva presença de negros escravizados nas minas de ouro e nas atividades pastoris subsequentes.

A leitura dos croquis com articulação das fontes cartográficas e escritas, juntamente com a sistematização dos dados, permite entender a dinâmica dos usos e modos de ocupações da área de estudo, abrindo um leque de possibilidades interpretativas que podem ainda serem descortinadas através da análise sistemática do material arqueológico coletado nas escavações, que foram impossibilitados neste momento ser acessados em função do processo de distanciamento social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, A. **De vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva**. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, tomo I, n. 9, 1992.

BARBO, L. C.; RIBEIRO, R. J. C. **Os Itinerários da Rede de Caminhos de Vila Boa de Goiás no Século XVIII**. Atlas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Braga, Portugal, 2015.

BARBO, L. C. **A Aplicação do Geoprocessamento na Reabilitação das Estradas. A Aplicação do Geoprocessamento na Reabilitação das Estradas Coloniais do Planalto Central nos Limites do Atual Distrito Federal**. Monografia (Especialização em Reabilitação Ambiental, Sustentável, Arquitetônica e Urbanística – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB). Brasília: DF, 2009.

BERTRAN, P.; FAQUINI, R. **Cidade de Goiás, patrimônio da humanidade – origens**. Brasília e São Paulo, Ed. Verano e Takano, 2002.

BERTRAN, P. **Notícia geral da capitania de Goiás em 1783**. Goiânia: UCG, 1988.

\_\_\_\_\_. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CAMPOS, F. I. **O Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1987.

CHAUL, N. F. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1997.

\_\_\_\_\_. **Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias**. Goiânia: Mestrado em História/UFG; Editora Kelps, 1998.

COELHO, G. N. **A Formação do Espaço Urbano nas Vilas do Ouro: o caso de Vila Boa.** (Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias da UFG). Goiânia: GO, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Iconografia Vila-Boense.** Goiânia: Ed. UFG, 2013.

COSTA, D. M. **O urbano e a Arqueologia: uma fronteira transdisciplinar.** Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica, v. 8, n. 2, p. 46-71, 2014.

DANTAS, C. L.; NASCIMENTO, J. B. **Relatório Parcial do Projeto de Monitoramento e Resgate Arqueológico da Obra de Restauração do 6º Batalhão da Polícia Militar da Cidade e Goiás / GO.** IPHAN, 2020.

\_\_\_\_\_. **PROJETO DE MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO DA OBRA DE RESTAURAÇÃO DO 6º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DA CIDADE DE GOIÁS.** 2020.

DANTAS, C. L. **O Caminho que leva ao Corrente: sítio arqueológico Cachoeira do Corrente.** Habitus, Goiânia, v. 8, n. 1/2, p. 165-186, 2010.

\_\_\_\_\_. **Fonte de memórias: Sítio Arqueológico Histórico Fonte da Carioca.** Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

DELSON, R. M. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamentos Espacial e Social no Século XVIII.** Tradução e revisão de Fernando de Vasconcelos Pinto; composição gráfica, Frank Svensson; capa Adriana Tavares de Lyra, Mirian Vargas. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

GALLI, U. **A História da Mineração em Goiás.** Goiânia: Ed. da UCG, 2005.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Anexo III: Memorial Descritivo.** Processo 01516.000329/2019-41. Histórico. Superintendência do IPHAN-Goiás, 2019.

MELO, L. L. **Ouro Fino: um arraial uma igreja – um largo e uma vaga lembrança na paisagem.** Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 2009.

MOURA, N. M. **Sertões de Mar a Mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830).** Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

NOGUEIRA, C. E. **A conquista do Brasil Central: fronteiras e frentes pioneiras no século XIX.** XII Colóquio de Geocrítica Univ. Nacional de Bogotá, 2012.

OLIVEIRA, A. T. D. **Um Estudo em Arqueologia Urbana: a carta de potencial arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre.** Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

OLIVEIRA, K. C. **Parâmetros urbanísticos e a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

ORSER Jr., Charles. **Introdução à Arqueologia Histórica.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PALACÍN, L; MORAES, M. A. S. **História de Goiás (1722-1972).** 7ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

PALACIN, L. **Goiás 1722-1822 – Estrutura e conjuntura numa capitania de Minas.** 2ª ed. Goiânia: Oriente, 1976.

PAULA, J. H. **Entre picadas, estradas e trieiros: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746 -1800.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

Planta de Vila Boa capital da capitania geral de Goiás. Disponível em: <<http://www.arpdf.df.gov.br/planta-de-vila-boa-capital/>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

RUBIN, J. C. R.; OLIVEIRA, A. M. S.; SAAD, A. R.; BRITO, G. S. **Amostragem dos Depósitos Tecnogênicos Associados ao Rio Meia Ponte na Área Urbana de Goiânia-GO**. Revista Brasileira de Geomorfologia, a. 9, n. 2, 2008.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à província de São Paulo [viagem de 1819-1822]**. Tradução por Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975.

SILVA, E. M.; VIEIRA JR. W. C. J. (orgs.) **GOYAZ - Guia de Cartografia Histórica**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018.

SILVA, A. F.; MENA, A. F.; PINTO, F. F. **Paisagem, Fronteira e Conflito: Uma proposta de abordagem arqueológica para a fronteira Jaguarão/Br – Rio Branco/Uy**. Revista Tempos Acadêmicos, Dossiê Arqueologia Histórica, n. 10, Criciúma, Santa Catarina, 2012.

SILVA, W. F. **Aragoiânia: uma Síntese Histórica**. Goiânia: Poligráfica, 1998.

TAMASO, I. M. **Em Nome do Patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás**. Tese (Doutorado em Antropologia) – UnB, Brasília/DF, 2007.

\_\_\_\_\_. **Os Patrimônios como Sistemas Patrimoniais e Culturais: notas etnográficas sobre o caso da cidade de Goiás**. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 19, v. 26, n. 2, 2015.

TEIXEIRA NETO, A. **Os caminhos e de ontem e de hoje em direção a Goiás e Tocantins**. Boletim Goiano de Geografia. Instituto de estudos sócio-ambientais/Geografia, v. 21, n. 1, 2001.

TOCCHETTO, F. B.; THIESEN, B. **A memória fora de nós: a preservação do patrimônio arqueológico em Áreas urbanas**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 33, p. 175-199, 2007.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. ***Proposition D’inscription de la Ville de Goiás sur la liste du Patrimoine Mondial. Centre historique de la ville de Goiás. Documents/ Dossier d’inscription.***, 2001. Disponível em: <https://whc.unesco.org/fr/list/993/documents/> Acesso em: 04 jun. 2021.

VIEIRA JR. W. C. J. **Nos sertões cerrados de Brasília: a cartografia como argumento para releitura da história do Distrito Federal.** III Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica. Ouro Preto/MG, 2009.

\_\_\_\_\_. **Cartografia da Capitania de Goyaz no século XVIII: intenção e representação.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

VIEIRA JR., W. C. J.; BARBO, L. C. **Casa de Câmara e Cadeia da Capitania de Goyaz: Espaço e Representação.** IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica, Porto, 2011.

**RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE**

**ANEXO I**  
**APÊNDICE ao TCC**

**Termo de autorização de publicação de produção acadêmica**

O(A) estudante Susan Valtuille de Castro Guimarães do Curso de Arqueologia, matrícula 2018100640072-0, telefone: 62- 982564365, e-mail susanvcg@gmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: Paisagem Emoldurada: o Quartel, o rio, a fazenda e a estrada no cenário de ocupações de Vila Boa, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 25 de junho de 2021.

Assinatura do(s) autor(es): 

Nome completo do autor: Susan Valtuille de Castro Guimarães

Assinatura do professor-orientador: 

Nome completo do professor-orientador: Cristiane Loriza Dantas